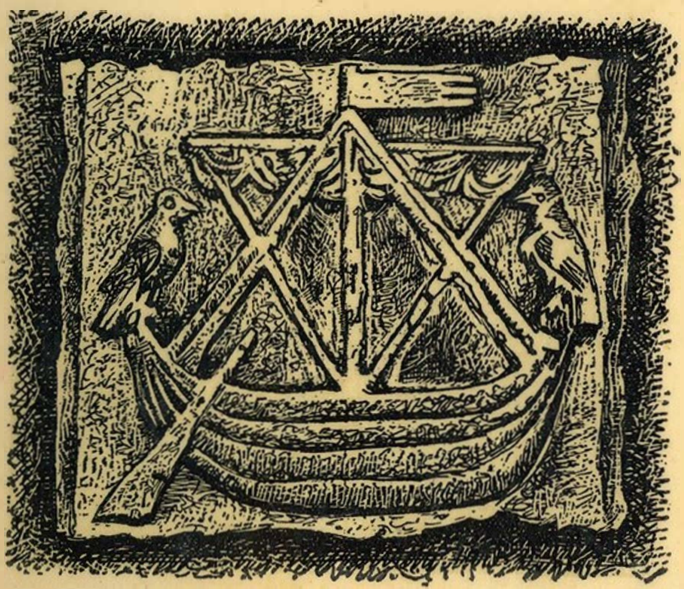
NORBERTO DE ARAÚJO

INVENTÁRIO DE LISBOA

Fascículo 7



Edição da

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO

DE

LISBOA

Incorporação NOV. 1962
399* A.
O-1718 A.

INVENTÁRIO DE LISBOA

por

NORBERTO DE ARAÚJO

Fascículo VII

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA
Reg. Prov. nº 326
R. P. 1507
R. 16377

C. M. L.
1950

3

Capa de MARTINS BARATA
Ilustrações de JOSÉ ESPINHO
Fotografias de HORÁCIO NOVAIS

SUMÁRIO

Publicados:

FASCÍCULO I — **Monumentos nacionais** — Castelo, Sé, Jerónimos, Torre de Belém, S. Vicente, Basílica da Estrela, Aqueduto das Águas Livres.

FASCÍCULO II — **Sistemas defensivos** — Cerca Moura (século XII), Cerca de D. Fernando (século XIV), Defesas marítima e terrestre (século XVII), Campo Entrincheirado (século XIX).

FASCÍCULO III — **Paços e Palácios Nacionais** — Belém, Bemposta, Necessidades, Ajuda e Assembleia Nacional.

FASCÍCULO IV — **Outros palácios do património nacional** — Almada, Alvor, Calheta, Marialva (Belém), Niza, Ega, Burnay (Junqueira), Lavradio, Barbacena, Penafiel, Foz e Farrobo (Laranjeiras).

FASCÍCULO V — **Palácios municipais** — Távora-Galveias, Mitra, Paços do Concelho (referência) e Folgosa). — **Palácios particulares** — Casa dos Bicos, Palácios Almada-Carvalhais e Belmonte.

FASCÍCULO VI — **Palácios particulares** (continuação) — Azambuja, Fronteira, Abrantes, Arcos, Azevedo Coutinhos, Pombal, Flor da Murta, Olhão-Castro Marim, Óbidos, Figueira, Redondo.

FASCÍCULO VII — **Palácios particulares** (continuação) — Sabugosa, Azurara, Rosa, Mitelo, Tancos, Anadia, Calhariz, Ribeira, Valadares, Vagos.

A seguir:

FASCÍCULO VIII — **Palácios particulares** (continuação).

Sucessivamente:

Palácios, Casas pitorescas, Igrejas paroquiais (seguir a ordenação exposta na folha-sumário do fascículo I).

VOLUME ESPECIAL — **Casas da Câmara de Lisboa** (estudo histórico) e **Paços do Concelho** — Por Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo.

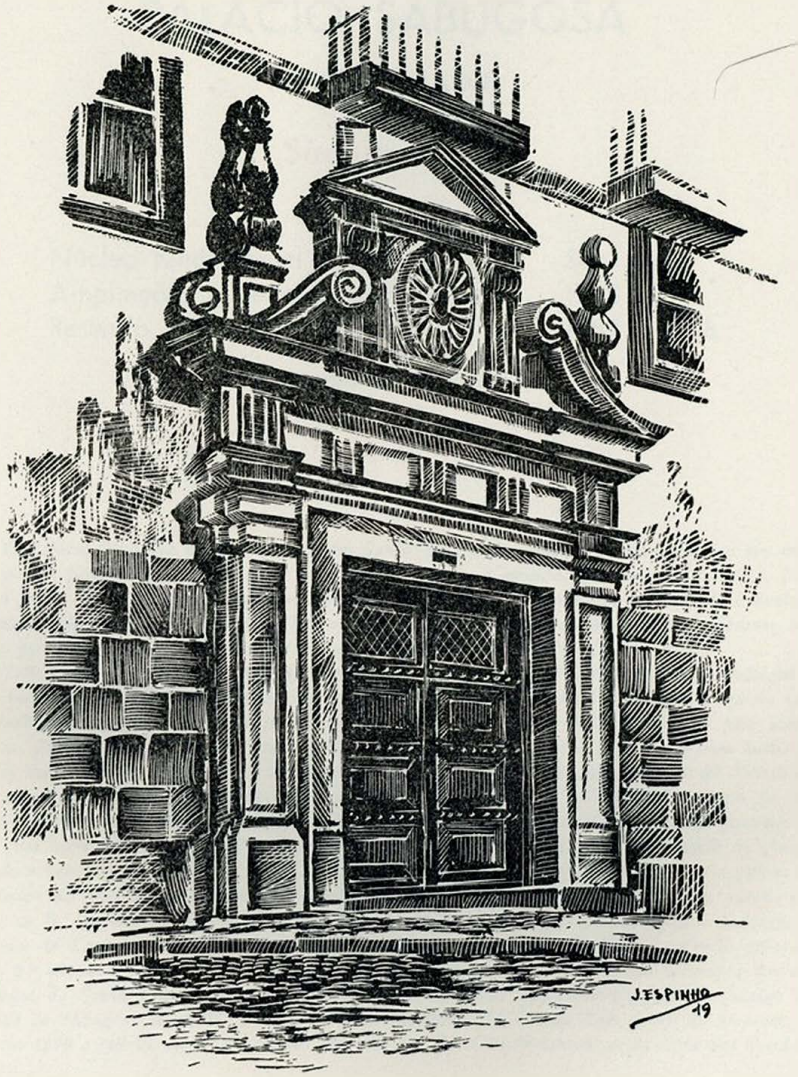
PALÁCIOS PARTICULARES HISTÓRICOS

Séculos XVII e XVIII

PALÁCIO SABUGOSA
PALÁCIO AZURARA
PALÁCIO DA ROSA
PALÁCIO MITELO
PALÁCIO TANCOS
PALÁCIO ANADIA
PALÁCIO CALHARIZ
PALÁCIO RIBEIRA
PALÁCIO VALADARES
PALÁCIO VAGOS

A ordem cronológica por que são apresentados os vários palácios particulares nem sempre pode ser rigorosa. A incerteza das datas de fundação, e a natureza dispersiva deste trabalho, tal não permitem. A prioridade, nalguns casos, depende do valor histórico ou do merecimento arquitectónico do edifício. Observa-se, contudo, quanto possível, a ordem das idades.

PALÁCIOS PARTICULARES



PALÁCIO SABUGOSA

(SANTO AMARO)

Século XVII

Núcleo fundamental	Séc. XVI
Ampliações e beneficiações	1728
Restauro e transformação	1865 e 1898

(Freguesia de Alcântara)

Breve notícia histórica

O Palácio Sabugosa ou dos Césares, em Santo Amaro, remonta ao século XVI, no seu núcleo primitivo. Foi fundado por Luís César, segundo deste nome e apelido, que, como seus avós, foi do Conselho de El-Rei, Guarda-mór das Naus da India, Provedor dos Armazéns nos Reinos e Senhorios de Portugal, Alcaide-mór de Alenquer. Foi o primeiro administrador do Morgado dos Césares, instituído na primeira metade do século XVI, por seu pai Vasco Fernandes César.

Luís César de Menezes, cativo da batalha de Alcácer-Quibir, foi um dos oitenta fidalgos resgatados na carta régia de 10 de Outubro de 1578. Nos anos de 1583 e 1584 Luís César adquiriu várias propriedades, de algumas das quais já era senhor directo. Mas na escritura celebrada pelo tabelião de Lisboa, João Rodrigues Jacome, em 5 de Outubro de 1583 diz-se «Luís César comprou huma casa junto das suas de sua vivenda de S. Amaro» que confrontava pelo Sul com caminho de Lisboa para Belém. No quadrante de um relógio de sol existente nos jardins do palácio lê-se a data de 1605. O palácio ou vivenda de campo — qualificação que mais lhe quadraria — era, porém, quer no semblante, quer no interior e disposição, diferente do que veio a ser no século XVIII depois de obras de ampliação e beneficiação levadas a efeito em 1728 por Vasco Fernandes César de Menezes, quinto neto do fundador do palácio, em meados do século XVI, filho de Luís César de Menezes, quarto deste nome, e de D. Mariana de Lencastre, filha de D. Rodrigo de Lencastre, Comendador de Coruche e Governador de Tanger. Foi aquele Vasco César de Menezes, Vice-rei da Índia e do Brasil, general de batalha, 3.º Alferes-mór do Reino, casou em 1692 com sua prima D. Juliana de Lencastre das casas dos Condes de Santa Cruz e Marqueses de Gouveia; por seus merecimentos foi este fidalgo feito 1.º Conde de Sabugosa em 1729. Do seu filho primogénito, 2.º Conde, Luís César de Menezes, que nasceu em 1698 e faleceu em 1755, casado com D. Ana de Assis Mascarenhas da Casa dos Condes de

Sabugal e Obidos, não sobreviveu descendência, sucedendo na Casa sua irmã D. Mariana Rosa de Lencastre, que casou em 1720 com Rodrigo de Melo e Silva, 5.º Conde de S. Lourenço por morte de seu irmão o 4.º Conde de S. Lourenço, Martim António Afonso de Melo.

Eis por que a vasta propriedade que se estendia à ilharga da quinta dos Césares até ao Alto de S. Amaro, e que havia sido adquirida em 1580, se chamou «Casal do Conde de S. Lourenço» em homenagem à aliança dos Césares com os Condes de S. Lourenço, família muito antiga que precedia de Pedro Pires, rico homem do século XII, onde entroncaram os Sabugosas.

É de crer que a «Quinta Cesária» — assim foi chamada — fosse anterior à construção da primitiva casa de campo, ou palácio, pois os Césares eram possuidores de largos tratos de terrenos rústicos; quanto à casa seiscentista ela era um pouco mais recuada, em relação ao alinhamento que o 1.º Conde de Sabugosa lhe deu, e servida por um largo portão que não é, evidentemente, o que hoje se abre na fachada principal.

Por ocasião do Terramoto o palácio dos Césares não sofreu grande dano, era então senhor dele o menor de 12 anos, António Maria de Melo da Silva César de Menezes, 5.º Conde de Sabugosa, 7.º Conde de S. Lourenço, que viria a ser em 1804 1.º Marquês de Sabugosa, filho de D. Ana de Melo da Silva César de Meneses e de D. João José Ansberto de Noronha, 6.º Conde de S. Lourenço e 4.º Conde de Sabugosa, pelo casamento, filho dos 2.os Marqueses de Angeja, sócio da Academia Real de História, gentil-homem do Infante D. Pedro (depois D. Pedro III), e que vivia com seu filho na época do cataclismo sísmico.

Os S. Lourenços tinham a sua residência habitual em Lisboa no seu palácio da Rua da Cruz de Pau, hoje Rua do Marechal Saldanha, e ali se encontravam no dia 1.º de Novembro de 1755. No palácio de Santo Amaro, depois do Terremoto, se abrigaram as internadas do Recolhimento de N.ª Senhora do Carmo.

A «Quinta Cesária», que se dilatava para Poente até quase à Ermida de Santo Amaro, e, para Norte, até à zona onde veio a ser construído em 1904 o Palacete Valflor, foi em grande parte retalhada e alienada, para urbanismo local, pelo 3.º Marquês de Sabugosa, alguns anos antes da sua morte (1897); a Rua Luís de Camões foi, no final do século passado, aberta em terrenos da quinta.

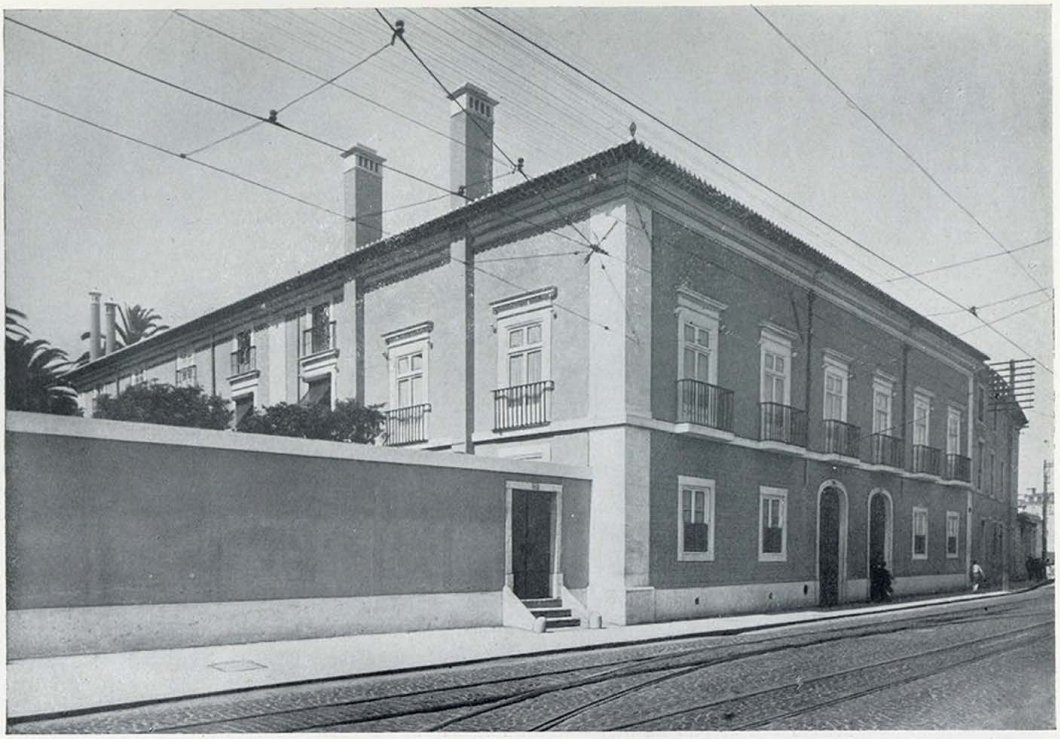
O filho do 3.º Marquês, António Maria Vasco de Melo Silva César e Meneses, 9.º Conde de Sabugosa e 11.º Conde de S. Lourenço — o escritor e académico ilustre, mordomo-mór da Casa Real — promoveu depois de 1898 grandes obras de restauro e transformação no palácio de seus maiores, podendo dizer-se que a actual casa de Santo Amaro, à parte o semblante exterior, é outra em relação ao que teria tido mesmo no século XVIII. Foi o Conde de Sabugosa, ele próprio, o orientador artístico dos restauros e transformações, nas quais avultou a construção da biblioteca-livraria, ocupando o espaço de um antigo pátio, contíguo ao jardim: nas decorações trabalharam um artista Anunciação (que não Tomás da Anunciação) e Leandro Braga, mestre entalhador.

O palácio dos Césares — não distante do Paço Real do Calvário, ou de Alcântara, do qual D. João IV fez residência de verão, e onde viveram seus filhos — foi teatro de cenas políticas no reinado D. Afonso VI, nas quais interveio o famoso D. Sebastião César de Meneses, quarto filho de Vasco Fernandes César, quarto deste nome (o que casara com D. Ana Pereira de Meneses), inquisidor-geral, bispo do Porto e de Coimbra, arcebispo de Braga, douto personagem a quem chamaram «sol cerário», que, com o Conde de Castelo Melhor, foi partidário e ministro de D. Afonso VI, mas logo afastado da corte, para se tornar depois favorável à causa do Infante D. Pedro (D. Pedro II) — que no Palácio de S. Amaro passou o seu segundo noivado.

Ao passado político seiscentista da casa dos Césares sucedeu depois um ambiente mais grave e espiritual, que os Sabugosas e S. Lourenços lhe deram, e teve o seu fulcro no tempo do último Conde de Sabugosa, António Maria Vasco, que no palácio reunia os letrados do fim século passado e do actual, ali compôs as suas obras literárias de labor histórico, e onde morreu a 21 de Maio de 1923 com 68 anos.

O Palácio de Santo Amaro pertence hoje à veneranda viúva do último Conde referido, sr.ª D. Mariana das Dores de Melo e Abreu Soares de Brito Barbosa Palha de Vasconcelos Guedes, que conta 94 anos (e, diga-se de passagem, 22 bisnetos), 9.ª Condessa de Sabugosa por seu marido, 4.ª Condessa de Murça, por seu pai 3.º Conde, e da casa dos Marqueses de Santa Iria e Condes de Alva, por sua mãe.

PALÁCIO SABUGOSA

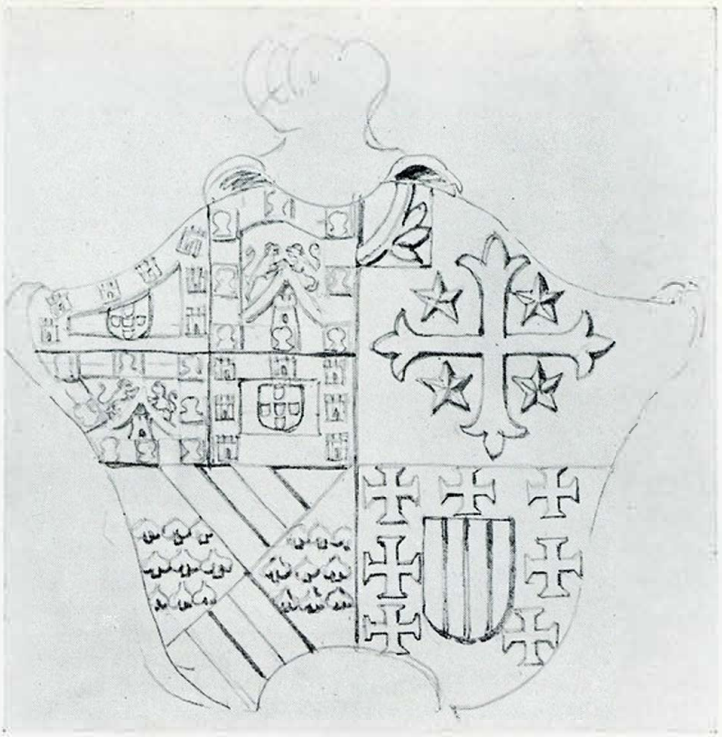


Frontaria e fachada lateral do Palácio Sabugosa, em Santo Amaro, vendo-se a porta que conduzia à «Quinta Cesárea» (pág. 13)

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

A interessante Sala de Jantar, no tipo da do Palácio do Ramalhão em Sintra (pág. 14)

PALÁCIO AZURARA



Brasão dos Salters de Mendonça na escadaria do Palácio Azurara, agora revelado (pág. 22)

(Cópia de Raul Lino).

Fachadas sobre os Largos das Portas do Sol e de Santa Luzia, distinguindo-se à direita do portal nobre a torre da Cerca Moura (pág. 19)

No palácio residem, além da proprietária, a sr.ª D. Isabel de Melo, filha dos últimos Condes de Sabugosa, casada com D. Nuno de Almada e Lencastre, da casa dos Viscondes de Vila Nova do Souto de El-Rei, o engenheiro António Vasco José de Melo Silva César e Meneses, 4.º Marquês de Sabugosa, 11.º Conde do mesmo título e 13.º Conde de S. Lourenço, com descendência, neto do último Conde, filho do falecido 12.º Conde de S. Lourenço que foi 11.º Alferes-mór do Reino e da 12.ª Condessa de S. Lourenço (D. Berta Munro Anjos), que reside também no palácio.

O brasão de armas dos Sabugosas tem sido alterado no decorrer das idades; o do último Conde, e que prevalece, é encimado pela coroa de duque com o símbolo dos Césares, esquartelado das armas dos Lencastres (armas de Portugal com filete em contrabanda), dos Césares (seis fustas), dos Melo (seis arruelas) e dos Vieiras (seis vieiras), centrado pelo escudo com leão rompante dos Silvas.

INVENTÁRIO

O Palácio Sabugosa situa-se na Rua Primeiro de Maio (antiga Rua de S. Joaquim, ao Calvário), n.os 120-124. A sua aparência é vulgar, notando-se a fachada forrada de azulejos, do tipo do século XVII.

Exterior

Anota-se:

Fachada Principal (século XVIII), sobre a rua, constituindo um corpo único, e nela:

Andar nobre, com seis janelas, de sacada, com grades de varões, e coroada de cornija;

Andar térreo, com quatro janelas de peitoril, centradas por dois portões triviais, de acesso;

Muro contíguo pelo Poente, que defende um jardim interior, no qual se rasgam uma janela de grade e uma porta.

Fachada Poente, sobre um jardim, a mais decorativa do edifício, e nela:

O *andar superior*, com cinco janelas de peitoril, mas que não acompanham toda a extensão da fachada;

O *andar nobre*, com sete janelas de sacada, no tipo seiscentista, com cornija;

O *andar térreo*, com sete portas vulgares, que abrem para o jardim.

(Nesta fachada nota-se uma pilastra ao alto, além da segunda janela a começar do Sul, e que bem indica o acrescentamento do século XVIII).

A Fachada Posterior, Norte, sobre os jardins, e nela:

O *andar* superior único, ou *nobre*, com uma ordem de oito janelas, das quais duas sensìvelmente ao centro, são de sacada com varões seiscentistas; o andar térreo com várias portas, conduzindo a salas interiores.

(Na Rua Luís de Camões subsiste uma porta que abre para os jardins, os quais até à época da abertura daquela artéria se prolongavam muito para Poente até à rampa de S. Amaro).

Interior

No interior do Palácio Sabugosa as reminiscências seiscentistas estão representadas por alguns panos de azulejo, em regra deslocados do sítio primitivo, por alguns tectos de masseira no andar superior, e por outros pequenos pormenores, que os restauros quase encobriram.

Anota-se:

O **Átrio,** além de um dos portais, e, nele, o chão empedrado moderno, o tecto de madeira castanha, *dois grandes painéis de azulejo,* seiscentistas, com cenas mitológicas (Polipheno e as ninfas), advindos dos jardins, e três portas que conduzem ao vestíbulo;

O **Vestíbulo,** ou patamar inferior, com *silhares de azulejos* do século XVIII, reconstituídos, e ao centro do qual se vê um *tanque de mármore,* em taça, coroado e assente por golfinhos; deste vestíbulo nasce a

Escadaria, com três lanços, guarnecida de azulejos polícromos do tipo D. Maria I, final do século XVIII, ornada de quadros e de estampas, e com corrimão de madeira (século XIX).

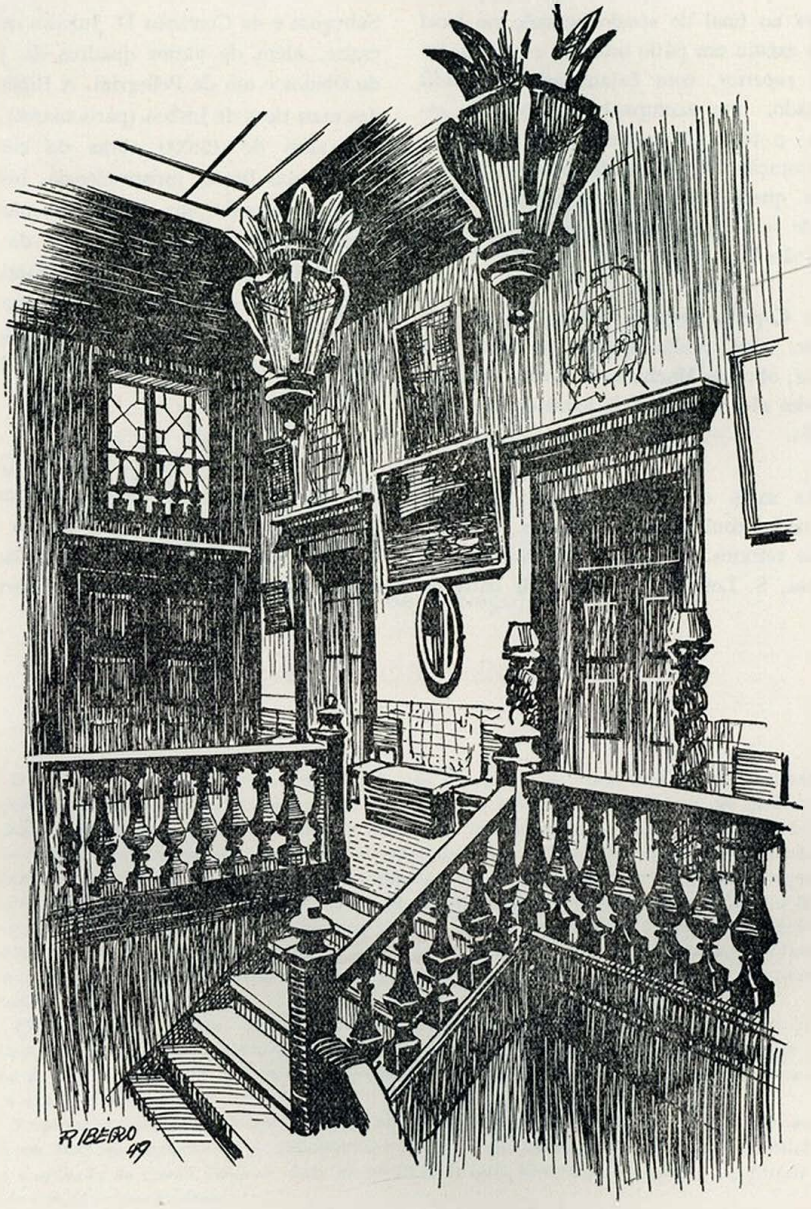
A **Galeria,** ou **Sala de Entrada,** ao cimo da escadaria, construída em 1728, e restaurada no final do século passado, e nela: o revestimento de *silhares de azulejos,* do século XVII, no tipo geral de todos os do palácio, nos quais predominam, a cor de vinho, cenas palacianas, em parte advindos dos jardins e, noutra parte, de fabrico imitativo; sete medalhões, representando D. Dinis, D. João I, D. João II, D. Manuel I, D. João III e D. João IV, em azulejos recortados com bordadura, fabrico cerâmico do século passado, no tipo de cor e vidrado da restante cerâmica do palácio;

O **Escritório,** realização do último Conde de Sabugosa, com tecto de madeira em caixotões geométricos, tipo holandês; armações e *portas em talha,* de Leandro Braga, uma *chaminé,* de talha e fundo de azulejos de setecentos advindos do Palácio Murça, da Travessa André Valente; chão de *parquet;*

A **Sala do Meio,** revestida de *panos de azulejos,* monócromos, tipo tapete com bordadura, século XVII, certamente dos mais antigos do palácio e, nele, únicos deste tipo; tecto de madeira plana, em tabuado branco, com pinturas de grinalda a ouro fosco;

Sala de Canto, ou de **Estar,** e nela: tecto antigo de masseira reconstruído no final do século passado, com pinturas do decorador Anunciação, representando figuras aladas de Cupidos e uma alegoria à música; silhares de azulejos do século XVIII, polícromos;

Sala de Jantar, pequena e original, construída pelo 1.º Conde de Sabugosa (1728), ao tipo da do Palácio do Ramalhão, em Sintra, e nela: a *cúpula circular,* com duas frestas de aresta, iluminantes; a *pintura geral* da sala, envolvendo parede e cúpula, a óleo sobre estuque, representando a fáuna e a flora do Brasil, num tom quente e verde escuro; os *armários* setecentistas, cavados nas paredes, com delicadas armações, envidraçadas; um fogão vulgar num dos topos;



Pequena escadaria interior e galeria

A Sala de Biblioteca, ou Livraria, construída no final do século passado no local onde existiu um pátio interior, e nela: a *galeria superior,* com balaustrada de gradil dourado, que acompanha também a escada; o tecto de madeira com clarabóia, a decoração de *silhares de azulejos setecentistas,* que pertenceram aos jardins; as portas de rede das estantes curiosas, no estilo D. João V;

A Capela, pequena e sem interesse de maior, onde avulta apenas, no altar, um *Cristo,* obra de Machado de Castro, e cujas paredes são revestidas de azulejos, tipo holandês.

As salas do Palácio Sabugosa estão adornadas com inúmeros quadros, especialmente retratos, de pessoas das famílias Sabugosa, S. Lourenço e Murça, de entre os quais merecem citação os do 1.º Conde de Sabugosa e da Condessa D. Juliana de Lencastre, além de vários quadros de Josefa de Óbidos e um de Pellegrini. A Biblioteca, das mais ricas de Lisboa (particulares), contém mais de 12.000 obras de ciências, artes, belas letras, jurisprudência, história, teologia, filosofia, etc., etc. (Uma parte da livraria, colecção de manuscritos, da Casa foi vendida em 1875 ao Estado dando entrada na Torre do Tombo, e constava de 897 espécies documentais, cartas, autógrafos e a colecção relativa às cortes de Torres Novas, de 1438).

Os **Jardins** do Palácio, antiga Quinta dos Césares, estão hoje muito reduzidos, notando-se apenas um pequeno jardim superior, a Poente do edifício, e um pedaço de mata sobranceira ao palácio, pelo Norte.

PALÁCIO AZURARA

Século XVII

Torre da Cerca Moura . . .	Anterior ao séc. XII
Fundação	Séc. XVII
Restauros e transformação . .	Séc. XVIII
Restauro radical e reintegração	1948-1949

[Freguesia de S. Tiago]

Breve notícia histórica

O Palácio Azurara, nas Portas do Sol, é uma construção de fundo nìtidamente seiscentista ainda que se não possa precisar o ano em que foi erguido, e por quem. Certo é que em 1573 — ano a que lhe faz referência o Tombo — existiam neste sítio três moradias de casas de loja e sobrado, mas não foram elas que deram nucleo fundamental ao palácio. Estavam essas casas apoiadas e encravadas na muralha da Cerca Moura, entre duas torres, uma desaparecida — a que flanqueava pelo Norte a Porta do Sol —, e outra, ainda de pé, recentemente reintegrada, havendo sido o fundo do átrio do palácio rasgado em arco na muralha de ligação dessas duas torres. Em relação ao alinhamento seiscentista, a frontaria daquele bloco de três moradias era mais recuada, e reduzia-se a uns escassos aproximados dezassete metros de frente (Portas do Sol), e outros tantos no posterior (encostado à muralha).

Quanto à torre moura, que faz parte integrante do palácio desde que este existe, é de estabelecer que tivesse sido tornada praticável, com escavação interior nos vários pavimentos para abertura de salas, quando da construção do palácio, pois as salas deste e da torre estão no mesmo nível, e são interdependentes.

No primeiro quartel do século XVIII era este palácio de Bernardo Luís da Câmara Sottomaior, nascido em 1693 na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, filho de Tomás da Silva da Câmara e afilhado do Conde Tarouca. Este Bernardo Luís teria herdado, ou adquirido, o palácio das Portas do Sol, já então ostentoso.

Casado com D. Maria Caetana Sobral ali lhe nasceu a primeira filha em 1725, e lhe morreram outra filha, menina ainda, e um filho, Tomás Joaquim da Câmara. Por ocasião do Terramoto o palácio ainda pertencia a Bernardo Luís da Câmara; tem-se escrito que o sismo pouco dano causou

no edifício, mas a circunstância de D. Maria Caetana Sobral haver, em 1757, falecido numa «barraca» no sítio da Boa Morte, destas levantadas por aqueles cujas casas o Terramoto arruinou, e com a indicação, no «livro dos óbitos», de que a defunta tinha sua casa nas Portas do Sol, leva a crer que o palácio houvesse sido muito danificado, e carecesse de restauros que em 1757 ainda continuariam. Bernardo Luís, além das obras que o efeito do sismo impôs, devia ter promovido, antes, quando tomou conta da propriedade, vários restauros e modificações, sobretudo no andar nobre.

(Nesta «breve notícia», cujo estudo contém elementos absolutamente inéditos, não conseguiu o autor ir mais além; espera-se que outros prossigam).

A data em que o palácio veio à posse do Visconde de Azurara, João Salter de Mendonça, não está apurada. Este fidalgo, nascido em 1746 no Brasil, filho do desembargador da Relação do Porto, Jorge Salter de Mendonça, descendente de António Salter de Macedo, nascido em 1652, e que casara com D. Antónia de Mendonça Nabo, filha de Vasco Nabo de Mendonça, passou grande parte da sua vida na Baía e no Rio de Janeiro, e só em 1779 se tornou de todo ao Reino, onde dez anos depois era desembargador da Casa da Suplicação.

Em 1790, pelo menos, João Salter morava em Lisboa na freguesia de Santa Engrácia, na Travessa do Zagalo, numa casa em cuja capela casou em 26 de Fevereiro com uma senhora do Porto, D. Ana Rosa de Noronha Leme Cernache, esta representada por José Mascarenhas Salter de Melo e Mendonça, certamente parente do noivo. O fidalgo continuou vida em Lisboa, onde era procurador geral da Coroa em 1799. Quando a família real partiu para o Brasil (1807) foi membro da Junta da Regência, encarregado dos negócios do Reino e da Fazenda, e em 1813 era guarda-mór da Torre do Tombo. Por estas referências cronológicas é de admitir que já no último decénio do século XVIII *o palácio estivesse na posse do dito Salter de Mendonça. Certo é que em 5 de Junho de 1802 faleceu no palácio o cónego da Sé Patriarcal António Salter de Mendonça, parente próximo de João Salter, então já proprietário da casa.*

Vê-se assim — o que, aliás, já tinha sido admitido — que a propriedade (a que se refere uma notícia de Júlio de Castilho, respigada da «Gazeta de Lisboa») dada como pertencente em 1811 a D. Mariana Arrábida, não era este palácio mas o contíguo pelo Nascente, e onde então existia um colégio.

João Salter de Mendonça foi feito 1.º Visconde de Azurara em 1819, e morreu em 1825. Seu filho, Jorge Salter de Mendonça, 2.º Visconde, e casado com D. Maria Henriqueta Manuel de Vilhena Saldanha de Oliveira e Daun, filha do 2.º Conde de Alpedrinha, morreu em 1872, não neste palácio que ao tempo já não era seu, mas em Paço de Arcos. Os Azuraras promoveram por sua vez, restauros e transformações em várias salas, e teriam mesmo alterado no alto da escadaria a porta de acesso ao salão nobre, fazendo colocar sobre ela a pedra de armas que ainda lá se vê, e cuja leitura neste trabalho pela primeira se faz.

A verdade é que em 1870 a grande casa das Portas do Sol pertencia a Pedro da Cunha, de quem passou para uma filha, D. Maria Vicência Paula da Cunha, e desta para D. Eulália da Cunha Lavre, e depois para nove herdeiros, nunca entendidos acerca da posse do imóvel, que de palácio, então, só tinha o nome. Parece que depois de deixar de pertencer ao último Azurara foi sede de um colégio, com o qual abriu o seu triste destino de inquilinato. De Abril de 1900 a Junho de 1907 ocupou-o o Corpo do Estado Maior do Exército; depois existiu nele um colégio religioso de D. Julia de Brito e Cunha, extinto em 1912; em 1913 foi o velho palácio arrendado a Augusto Alves Diniz & C.ª, e desse ano até 1933 serviu de hospício de hidrófobos, entrando em lamentável abandono — uma verdadeira «ilha» — acabando por cair no inquilinato pobre, de cousa alguma lhe valendo obras sumaríssimas, e chegando nesse estado a 1940. Nesse ano um dos herdeiros dos Lavres, José da Cunha, sugeriu à Câmara Municipal a aquisição do edifício, mas o Município não se interessou pela operação, tal o estado de descripitude a que o Palácio Azurara havia chegado. Em 18 de Novembro de 1943 o imóvel foi à parça para partilhas, adquirindo-o Joaquim Baptista Fernandes, que nele se lançou a trabalhos de limpeza e valorização, mas sem um plano definido.

Finalmente em Dezembro de 1947 o palácio que fora de Bernardo da Câmara e dos Salteres de Mendonça foi comprado ao citado Baptista Fernandes pelo dr. Ricardo Espírito Santo Silva, que logo em 24 de Fevereiro do ano seguinte começou nele a promover largo e condigno restauro. As obras radicais e embelezamento e reintegração foram orientadas pelo próprio dr. Ricardo do Espírito Santo,

de colaboração com o arquitecto Raul Lino, e bem pode dizer-se que mais complexo do que o trabalho de restauro, em si, foi descoberta do «mistério» das truculentas adaptações impostas ao edifício em todos os pavimentos, desde havia muitos anos.

Foram postas à vista, depois de limpas do branco de óleo, pinturas ornamentais em tectos de masseira; limpos os silhares de azulejo em várias salas e dependências, e colocados outros, advindos das colecções do proprietário; restaurados os «frescos» em tectos e paredes; apeadas muitas divisórias; renovados esconsos, escadas e pequenas câmaras; recomposto com arcarias o pátio interior; alindado o átrio com novas pinturas ornamentais nos tectos de madeira e com a colocação de azulejos, alterando-se o segundo arco de sustentação do fundo, substituído o revestimento de cerâmica industrial dos exteriores por altos silhares de cantaria. Finalmente foi revelada uma das torres da Cerca Moura, cujo lugar se sabia ser aquele, mas que se supunha desaparecida, ficando este monumento à vista na sua austera enxilharia primitiva, antes revestida de azulejos vulgares, e havendo nela sido descoberta, cavada na pedra sobre a sacada do terceiro andar da torre, uma cruz dos templários, do século XII

O Palácio Azurara ressurgiu rejuvenescido e diginificado. Na altura (Novembro de 1949) em que se escreve esta nota é disposição do actual proprietário fazer doação do edifício ao Estado, para nele ser instalado um Museu de Artes Decorativas.

INVENTÁRIO

O Palácio Azurara, irregular em planta, tem a fachada principal orientada a Sul, com o portão principal, n.º 2, no Largo das Portas do Sol, obliquando para o Largo de Santa Luzia, e ladeando a seguir, pelo Nascente, o princípio da Travessa de Santa Luzia. No interior contam-se três pavimentos, além ainda de um andar superior, sobre a torre, e de outro ao centro alto da fachada lateral na Travessa de Santa Luzia.

Exterior

No Exterior há a anotar:

A **Fachada Principal,** com uma ordem de *cinco sacadas* no andar nobre, (do modelo da primitiva janela da torre), rematada por cornija, e com grade de varão do tipo seiscentista (do modelo das janelas do pátio interior), a substituirem as grades do século passado, que até há pouco ali se viam; o cunhal de cantaria, primitivo, no ângulo de Santa Luzia;

(De cada lado do portal existem, actualmente, portas de estabelecimentos: uma barbearia, à esquina esquerda, e um colchoeiro à direita);

O **Portal Nobre,** de tipo clássico seiscentista, decorativo, caracterizado por emoldu-ração de cantaria com pilastras e sobreverga e coroada por uma guarnição arquitectónica na qual, entre volutas, avulta um espaldar, com pequeno tímpano, tendo ao centro um florão entre gomos, à guisa de brasão heráldico, e que parece ter apenas um sentido decorativo;

A **Torre da Cerca Moura,** contígua pelo Nascente à fachada principal e integrada no palácio, corpo austero, estreito e alto, que sobreleva o nível superior do corpo principal, e nela:

Cinco pavimentos: o térreo com duas portas, uma ligada interiormente a um estabelecimento contíguo, e outra de serviço para o cubelo; a sobreloja com duas janelas de peito; o primeiro andar com uma

janela de peito que corresponde a uma câmara do palácio; o andar nobre sobre uma janela de sacada, seiscentista, que deu o modelo para as sacadas da frente principal, e que corresponde também a uma câmara do palácio; o pavimento superior com uma janela de peito, correspondente igualmente a uma câmara do palácio; uma *cruz dos Templários*, acima da sacada do andar nobre, cavada na enxilharia e revelada pelas recentes obras de restauro (1948). (A esta Torre se encostou, certamente já no século XVIII, a extrema do palácio contíguo, que foi dos Viscondes de Castelo Novo, e situado já na Rua de S. Tomé;

A **Fachada Lateral,** Poente, sobre o Largo de Santa Lusia, levemente obliquada, e dividida ao centro por um cunhal, o que parece indicar a existência primitiva de dois prédios, posteriormente ligadas na unidade interior do palácio; e, nela: oito janelas de sacada no andar nobre superior do tipo e no alinhamento das da fachada principal; oito janelas de peito, no primeiro andar, e quatro portas de estabelecimento no pavimento térreo;

A **Fachada Lateral,** Norte, sobre a Travessa de Santa Luzia, e, nela, parte de um andar superior, levantado ao centro alto da fachada, com quatro janelas de peito, uma ordem em extensão de sete janelas de sacada no andar nobre, do tipo e no alinhamento das idênticas das outras fachadas; sete janelas de peito no primeiro andar, e uma porta de serviço correspondendo a uma habitação de inquilinato.

Interior

O Interior do Palácio Azurara é dividido em vários pavimentos em qualquer dos corpos do edifício, e dispõe de muitas dependências, câmaras e algumas boas salas. Após a reintegração e restauro, distingue-se pela decoração de cerâmica de azulejo e pinturas em paredes e tectos, e ainda por vários pormenores seiscentistas primitivos e setecentistas da época da transformação.

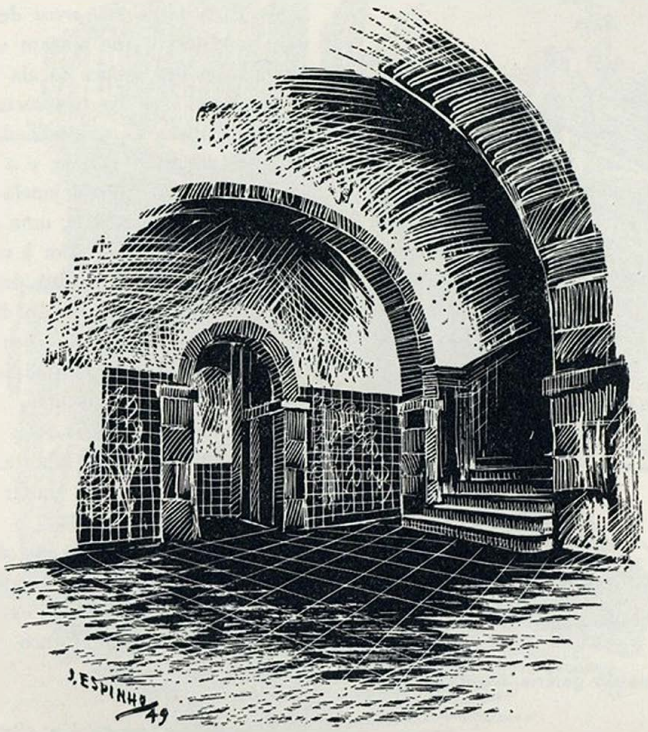
Cumpre anotar:

O **Átrio,** rectangular em profundidade, e nele:

Um primeiro *arco de sustentação,* em cantaria de volta perfeita, com dois metros de espessura, aberto quando da primeira construção na muralha moura (esta segue, oculta na estrutura do edifício, continuando-se em terrenos alheios, para Nordeste, onde em grande parte é visível, com as suas torres, até entroncar na muralha do Castelo de S. Jorge); um segundo *arco,* também de cantaria e volta perfeita, com meio metro de espessura, e reconstruído, descido de altura, durante as recentes obras; uma parede de fundo, agora tornada oculta, e que corresponde a uma grossa muralha, de curta extensão e paralela à primeira, que fez parte da organização defensiva da Cerca Moura (à frente desta parede muralha abriu-se agora um vão para ascensor);

Dois tectos de madeira, em tabuado à portuguesa, recentemente reconstruídos, mas de seu fundo seiscentistas, e cobertos de pinturas de ornato (Antero Basalisa, por modelos eruditos) à base estilisada de volutas e conchas, em tons azul, rosa e ouro, e emoldurados por sanca em tom vermelho e ouro, com ornatos de silvados;

Revestimento das paredes com silhares *de azulejos*, recentemente aqui colocados (pois os primitivos desapareceram depois de 1943), sendo os dos topos do fundo dois painéis a azul e branco (tipo a que neste trabalho, por generalidade, se tem chamado monócromo), um pouco truncados nas peças historiadas, e provenientes da antiga capela do palácio, representando a «Visitação» e o «Nascimento de Jesus»;

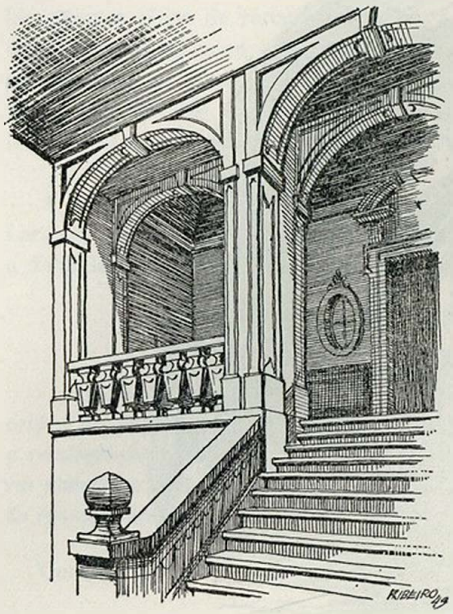


Fundo do átrio

A Escadaria, em três lanços, e nela:

Dois tectos, no primeiro lanço, idênticos em tipo e reconstrução aos do átrio; bom revestimento nas paredes de *silhares de azulejos* setecentistas, a azul e branco, no tipo de balaustrada e grinaldas suspensas, dos quais saem figuras recortadas de centuriões romanos, sobrepondo-se ao nível dos silhares; dois arcos de sustentação, em cantaria de volta perfeita; cortina de guarda, no último lanço, primitiva, revestida de azulejo do tipo dos precedentes; *galeria superior*, ou último patim, caracterizada por duas arcarias geminadas, do tipo do século XVIII, sendo a do vão esquerdo reconstruída recentemente pelo modelo da do vão direito na qual termina a escadaria, e guarnecida de balaustrada de cantaria; *porta* do topo *da galeria*, recentemente deslocada do seu primitivo lugar, mais à direita, para fi-

car centrada com o eixo da escadaria, e ladeada por óculos setecentistas; sobre a verga da porta *pedra de armas* usadas pelos Salter Mendonça (século XIX), esquarteladas, vendo-se no primeiro quartel, também esquartelado, as armas dos Noronhas (sete castelos e quinas de Portugal em dois quartéis, e dois castelos, sobrepostos de leões batalhantes, com orla de oito escaques nos outros dois quartéis), no segundo as dos Salter (cruz florenciada com quatro estrelas de cinco pontas, acantonadas), com uma bica no canto superior, no terceiro as do Arrais de Mendonça (nove folhas de golfão, dos Arrais, em dois quartéis e as bandas dos Mendonças, noutros dois), e no quarto as dos Rodrigues, de Salamanca ou de Varilhas (sete cruzes — o exacto seriam oito — de Jerusalém contornando um escudo com quatro bastões em pala). No segundo patamar da Escadaria abre-se, à direita, uma porta de acesso ao



Arcaria ou galeria superior

Pátio Interior, descoberto, curiosa quadra a um nível superior ao da rua, recentemente restaurado e alindado, e nele:

Em cada topo dois *arcos de cantaria* de volta perfeita, e que apoiam os passadiços do andar nobre; a *face* da ala Sul, na qual avulta uma série de três sacadas, seiscentistas, idênticas às das fachadas exteriores às quais deram o modelo, e a *face* oposta, esta apenas com uma janela de sacada, idêntica às da outra face; uma *cisterna,* que se admite que seja anterior à construção do palácio, situada no centro do pátio, com guarda de pedra e armação de ferro, ambas seiscentistas; várias *dependências* interiores com acesso por portas do pátio, uma delas abobadada, primitiva.

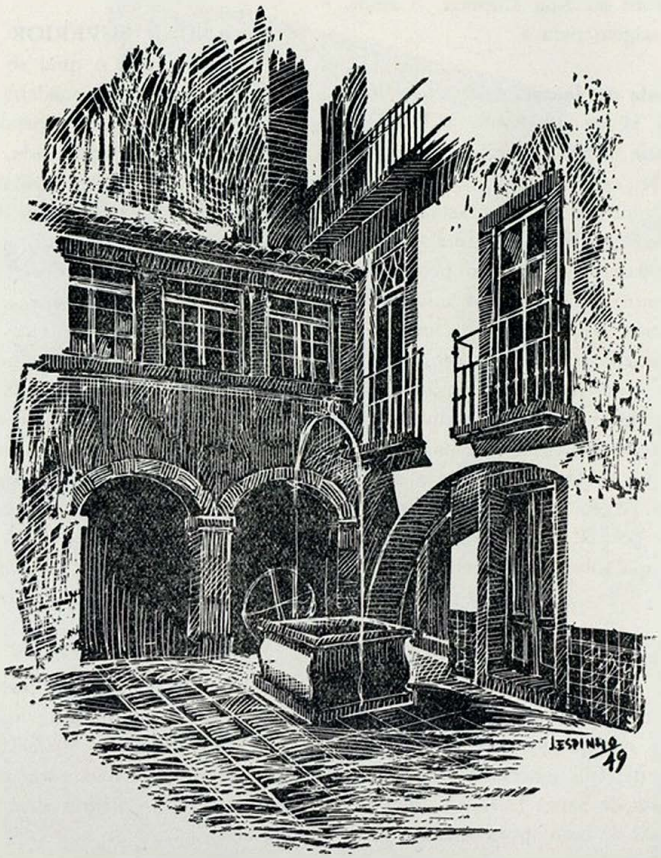
De entre as várias salas e câmaras do **ANDAR NOBRE** há a anotar:

O antigo **Salão Nobre** (no século passado ou no começo do actual dividido por tabiques, e agora reposto na extensão primitiva), destinado de futuro a **Salão de Conferências,** e nele:

O *vestíbulo,* no qual se situa a porta da galeria que dá acesso ao salão, e ocupando um ângulo deste mesmo salão, no qual se integra, e nele: os três pilares de cantaria pulida, a apoiar uma sala superior; guarnição de silhares de azulejos, com cenas campestres e com bordura «rocaille» (estes panos de cerâmica faziam parte da decoração do Palácio dos Duques de Cadaval, em Pedrouços); o *tecto,* de masseira, revestido de estuque em relevos, do estilo do princípio do século XVIII, e agora res-

taurado; o revestimento de bons *silhares de azulejos*, a azul e branco, de vidrado opalino, com as armas de D. João VI, provenientes da casa de jantar da Quinta do Ramalhão, em Sintra; ombreiras das portas de mármore vermelho; quatro janelas de sacada sobre o Largo das Portas do Sol e outras quatro sobre o Largo de Santa Luzia (estas correspondendo à primeira face da fachada lateral que termina em sólido cunhal de cantaria);

A **Sala Elíptica**, contígua pelo Poente ao citado Salão Nobre, e nela: o tecto de estuque, levemente abaulado, e as paredes com *pintura ornamental* a «fresco», no estilo «Directório» do conjunto da sala; três janelas de sacada sobre o Largo de Santa Maria;



Pátio interior do palácio

A **Saleta Hexágona**, pequena câmara contígua à Sala Elíptica, e nela: o *tecto*, em cúpula de cone, sextavada, em estilo

do princípio do século XIX, constituída por pequenos losangos, guarnecida de sanca; sobreportas com pintura a claro escuro: uma janela sobre o Largo de Santa Luzia, duas portas-armários, uma porta falsa, uma outra que abre da Sala Elíptica, e ainda outra de passagem para a

Antiga **Sala de Jantar,** destinada a museu, situada já na ala sobre a Travessa de Santa Luzia, e nela: o *tecto* rectangular, abaulado, de estuque, do final do século XVIII, recoberto de pinturas ornamentais a «fresco», à base de grinaldas suspensas e medalhões, em estilo pompeano, tendo ao centro uma alegoria mitológica, que representa Baco coroando uma deidade; revestimento de *silhares de azulejos,* polícromos, com pintura executada por cartões de Pillement, com cercadura, azulejos estes provenientes de um palácio, de Santarém, que pertenceu ao almoxarifado das Lezirias, e foi depois utilizado por D. Miguel e por D. Pedro IV; quatro janelas de sacada sobre a Travessa de Santa Luzia;

Uma **Sala,** contígua à precedente, última desta ala do palácio, restaurada há pouco com simplicidade, e nela: o *tecto,* liso, de estuque; um *rodapé* de azulejos vulgares do século XVIII; três janelas de sacada sobre a Travessa de Santa Luzia, e, uma outra, de sacada, do lado oposto sobre o pátio interior do palácio, a que já se fez referência;

Uma pequena **Câmara Interior,** ou antigo quarto ou talvez capela, que mostra um largo vão rectangular, com grossas ombreiras de mármore vermelho.

Além do passadiço, renovado também pelo restauro do edifício, lançado sobre dois arcos do pátio, uma **Sala,** e, nela: o tecto de estuque, com ornatos a «fresco»; as paredes revestidas de ornatos de estuque, também a «fresco»; três janelas de sacada sobre o pátio interior;

No **ANDAR SUPERIOR** sobre o andar nobre, e para o qual se ascende por uma estreita escada de madeira, agora construída, situam-se salas e dependências, todas restauradas com simplicidade, e revestidas de silhares de azulejo a azul e branco, dos mais antigos do palácio. Este sector do edifício deve ter sido o mais poupado pelos restauros e modificações do século XVIII. Há a anotar essencialmente:

Uma **Sala,** rectanguar, e nela: o magnífico *tecto,* de masseira, do século XVII, com *pinturas* ornamentais filetadas a ouro, reveladas e restauradas durante as recentes obras (pois estavam recobertas de tinta branca de óleo), e que se distribuem por oito apainelados quadrangulares, e por outros tantos triangulares nas engras; *silhares de azulejos* seiscentistas, a azul e branco, de tipo tapete, com bordadura;

Outra **Sala,** contígua à precedente, e do mesmo tipo e decoração, mas quadrada, com menor número de apainelados, também com *pinturas* reveladas e restauradas, e com revestimento de *silhares* cerâmicos do século XVII;

Uma **Sala,** rectangular, menos notória, e nela: o *tecto,* com clarabóia central, e com pinturas ornamentais a claro-escuro, que igualmente revestem a sanca; duas janelas de peito sobre o pátio interior, ligadas exteriormente por varanda (a esta Sala dá acesso uma escada interior, que assenta sobre uma outra primitiva, de tejoleira, e que nasce do terceiro pavimento da Torre).

PALÁCIO AZURARA

Aspecto da torre da Cerca Moura, recentemente revelada, e que se integra no corpo Nascente do Palácio Azurara (pág. 19)

No Palácio Azurara merece especial referência, como monumento histórico-arqueológico:

A **TORRE,** citada na descrição do «Exterior», integrada no palácio desde a primitiva construção do edifício, e que apresenta além das lojas e sobrelojas, estas utilitárias e sem interesse, três salas em cada andar.

Anota-se:

Sala do primeiro andar (ou terceiro se se contar com as lojas e sobrelojas), com *tecto* plano de madeira, em tabuado à portuguesa, e com dois poiais de assento, de pedra, no vão da janela de peito;

Sala do andar nobre, do mesmo tipo da anterior, com idêntica decoração, e com janela de sacada, seiscentista, que avulta na fachada da Torre;

Sala do andar superior (contígua a uma das salas seiscentistas anteriormente descritas, do palácio pròpriamente dito, e que têm pinturas nos apainelados), e nela: o *tecto,* também de masseira, apainelado, do século XVII, mas sem pinturas ornamentais (que não se revelaram durante o restauro, talvez porque desde há muito se houvessem perdido); revestimento e poiais como nas precedentes salas da Torre.

O fundo posterior da Torre é constituído pela *Muralha da Cerca Moura,* e do andar superior do monumento há, pela citada Sala da Clarabóia, passagem para uma parte do lanço desta muralha em alguns metros, até confinar com a propriedade contígua, onde a muralha continua até ao Castelo. A esse curto lanço se chama o **Mirante,** não visível da via pública.

(Em qualquer dos pavimentos, sobretudo no andar superior e no de sobrelojas, existem várias salas e dependências, recentemente construídas ou restauradas, mas que não merecem referência especial).

PALÁCIO DA ROSA

(CASTELO MELHOR)

Século XVII

Núcleo primitivo	Séc. XVI
Fundação.	Séc. XVII
Reedificação	2.ª metade do séc. XVIII
Restauros e transformações	Final do séc. XVIII

[Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço]

Breve notícia histórica

O Palácio da Rosa, no Largo da Rosa a S. Lourenço, sobre a Mouraria, não constitui um espécime arquitectónico, nem, àparte o portal nobre, apresenta características definidas em relação ao núcleo primitivo ou ao fulgor do passado histórico. Em rigor pode considerar-se uma reedificação do século XVII, alterada e acrescentada no século passado. É, contudo, uma representação solarenga de Lisboa fidalga, e, só por esta circunstância digna de relevo.

Assentou aqui a casa nobre quinhentista de Luís de Brito de Nogueira, senhor dos morgados de S. Lourenço, de Lisboa, e de Santo Estêvão, de Beja, e descendente do cavaleiro, alcaide-mór de Lisboa, Afonso Ennes Nogueira, já no local proprietário da casa nobre no século XIV. Foi Luis de Brito o fundador (1519) do Convento da Rosa das religiosas dominicanas, que avultou à direita das actuais Escadinhas da Costa do Castelo, e que, destruído pelo Terramoto, caído em ruínas, desapareceu de todo no começo do século passado. Aquele Luís de Brito casou com D. Inês de Lima, da Casa dos Viscondes de Vila Nova da Cerveira, cujo 1.º do título, e primeiro visconde (1476) que houve em Portugal, foi Leonel de Lima, alcaide-mór de Ponte de Lima. E aí está como a casa dos Britos Nogueira, da Mouraria, passou aos Vila Nova da Cerveira, para a qual entrou a varonia dos Britos. No século XVII o palácio foi reedificado, quase desde os fundamentos.

O 14.º Visconde, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, por sua mãe da Casa dos Marqueses de Alegrete, nascido em 1727, foi feito em 1790 1.º Marquês de Ponte de Lima, por supostos merecimentos politicos, afirmados no reinado de D. Maria I no exercício de cargos de ministro e de presidente do Real Erário. E o Palácio dos Viscondes de Vila Nova da Cerveira passou a ser o dos Marqueses de Ponte de Lima. D. José Maria Xavier, com todos os apelidos de seus maiores, 8.º Marquês, foi o último Visconde de Vila Nova da Cerveira, pois faleceu em 1877,

sem descendência; bravo militar, par do reino, era um homem original, que deixou arruinar toda a sua enorme fortuna, acabando pobre e estoico, mas respeitado. Seu irmão e herdeiro, D. João Xavier de Lima, sobreviveu-lhe poucos meses, passando a arruinada casa do Cerveiras e Limas para uma irmã, D. Helena Luísa Xavier de Lima, que casou em 1835 com D. António de Vasconcelos e Sousa da Câmara Caminha Faro e Veiga, 11.º Conde da Calheta, 4.º Marquês de Castelo Melhor, por sucessão a seu pai, da casa dos Marqueses de Niza por sua mãe, par do reino, homem abastado possuidor de vários senhorios, comendas e alcaidarias.

O filho do 4.º Marquês, D. João de Vasconcelos e Sousa, sucedeu no título e bens; foi o famoso cavaleiro tauromáquico, fidalgo distinto e generoso, que morreu sem descendência em 1878. Sucedeu-lhe uma sua irmã, D. Helena do Santíssimo Sacramento de Vasconcelos e Sousa, 6.ª Marquesa de Castelo Melhor (1879), que herdou em 1885 de sua tia, D. Ana Xavier de Lima, os bens da Casa dos Pontes de Lima, e desta sorte se integrou o Palácio da Rosa na Casa Castelo Melhor. A 6.ª Marquesa, que casara em 1870 com Manuel Maria Ximenes de Azevedo, filho dos Viscondes de Pinheiro, morreu, desde havia muito viúva, em 1900, sucedendo-lhe sua filha D. Helena Maria do Santíssimo Sacramento de Vasconcelos e Sousa Ximenes, casada com D. João da Silveira Correia de Lacerda de Eça Sousa e Alvim, 2.º Visconde de Várzea, senhor de abastada casa, por seu casamento 7.º Marquês de Castelo Melhor, fidalgo que deixou bom nome em Lisboa, e morreu em 1937.

O Palácio da Rosa é ainda hoje propriedade de quatro irmãos, filhos dos 7.os marqueses de Castelo Melhor, D. Helena Maria do Santíssimo Sacramento da Silveira Vasconcelos e Sousa, princesa de Broglie pelo seu casamento (1926), D. Bernardo, que usa o título de 5.º Conde de Castelo Melhor (pai de nove filhos dos dez havidos de D. Maria da Luz de Melo Breyner, morta com 31 anos), D. Maria Emília, solteira, e que habita normalmente o palácio, e D. Manuel da Silveira de Vasconcelos e Sousa, 4.º Marquês de Ponte de Lima.

O Palácio da Rosa, com seu carácter seiscentista, foi destruído pelo Terramoto na sua maior parte, era então propriedade do 4.º Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Tomás Xavier, que nele houve de fazer grandes obras de restauro, as quais transformaram quase completamente não só o semblante exterior como a disposição interior. Foi, porém, no tempo do rico Visconde da Várzea, no final do século passado, que o palácio por acrescentamento de dependências, e novos restauros, adquiriu o aspecto que hoje mantém, mais burguês do que nobre, se abstrairmos do pátio interior, com decorações do começo do actual século.

Num troço do antigo jardim da casa nobre, que foi dos Britos de Nogueira, avulta, como padrão hisórico, uma parte de um lanço da muralha da Cerca Fernandina, que desde aqui descia às Portas de S. Vicente da Mouraria. O palácio, de resto, desde o século XIV, que se encostava, e tinha, e tem, por fundo Norte a muralha daquela Cerca.

INVENTÁRIO

O Palácio da Rosa, no Largo da Rosa, sobre a Mouraria, com a frente principal orientada a Sudoeste, ostenta dois pavimentos, além do térreo, dos quais o primeiro corresponde à parte nobre primitiva, aliás transfigurada, e mantém uma aparência repousada no seu semblante muito século XIX, *àparte o portal setecentista.*

Exterior

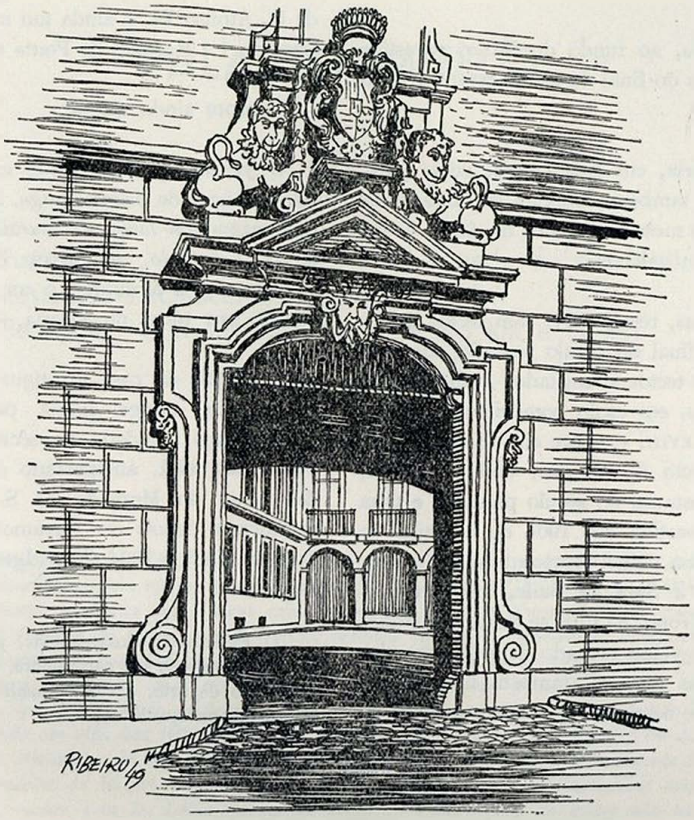
No Exterior anota-se:

A Frontaria Principal, com sete janelas de peitoril (século XIX), e, nela:

O *Portal,* com bela expressão decorativa, emoldurado de cantaria, e sobrepujado, acima de tímpano, de grande pedra de composição heráldica, ladeada de grinalda suspensa, entre dois leões minazes, na qual se vêem, encimada por coroa condal, o brasão de armas dos Vila Nova da Cerveira, esquartelado dos Limas (quatro palas), dos

Nogueiras (duas bandas de escaques), dos Vasconcelos (três faxas veiradas), dos Britos (nove lisonjas), e centrado do escudete dos Teles da Silva, Alegretes (dois leões alternando em campos rasos).

reira Cão (José Maria Pereira Júnior), realizada de 1904 a 1906, com composições em painéis, que representam: o Marechal da Silveira, Conde de Amarante (antepassado do 7.º Marquês de Castelo Melhor), uma



Portal nobre do palácio

O **Pátio Nobre,** para além do portal, e para o qual se faz o acesso por uma passagem que abre em largo arco de volta abatida, e nele:

A decoração de *azulejos murais,* historiados, polícromos, obra medíocre de Pe-

Condessa de Castelo Melhor, a cavalo, cenas das invasões francesas, a descoberta da Madeira, bustos do 3.º Conde de Castelo Melhor, de Gonçalves Zarco, de Pedro Álvares Cabral, de Martim Moniz, além de brasões das várias famílias de antepassados das casas Castelo Melhor e Ponte de Lima.

Interior

No interior do Palácio, de todo não distituído de certa nobreza, a despeito dos restauros que lhe modificaram o carácter, pouco se encontra presentemente com o passado histórico.

Assinala-se:

O **Átrio,** ao fundo do Pátio, revestido de azulejos do final do século XVII, do qual nasce a

Escadaria, em dois lanços, cujas paredes estão também cobertas de silhares de azulejo do mesmo tipo dos do átrio, e que termina em galeria;

As **Salas,** restauradas com tectos de estuque do final do século passado, algumas ainda com tectos apainelados ,com pinturas decorativas, em estilo pompeiano, do final do século XVIII, e, entre elas: *Sala de Jantar,* de tecto de estuque, estilo holandês, obra de restauro do século passado, e uma *Saleta,* revestida em 1904 de azulejos de Batistini, em painel representando episódios históricos; a **Sala de Baile,** também chamada **do Trono,** na qual se mantem o trono, forrado de velho brocado de seda amarela, e em cujas paredes, também forradas de brocado, se ostentam os retratos a óleo, do Conde de Castelo Melhor, amigo devotado de D. Afonso VI, e ainda um magnífico retrato do 1.º Marquês de Ponte de Lima.

Cumpre ainda anotar:

O **Jardim,** presentemente mal cuidado, sem vestígios de beleza antiga, ao fundo do qual passa *um lanço de muralha da cerca de D. Fernando,* que descia da Porta de S. Lourenço à Mouraria, e em certo ponto cavado em túnel ou galeria, desde 1625;

A *Capela* da casa, contígua pelo Norte ao palácio, antiga Igreja paroquial *de S. Lourenço,* fundada no século XIII por Pedro Nogueira, antepassado do fundador das casas do Morgado de S. Lourenço, reedificada depois do Terramoto e restaurada em 1867 e 1904 (Ver «Igrejas não paroquiais»).

[O Palácio da Rosa, apesar, pode dizer-se, de deshabitado na sua parte nobre, conserva bom mobiliário de arte, e vários quadros, entre eles retratos de antepassados].

PALÁCIO MITELO

Século XVII

Fundação	1.ª metade do séc. XVII
Restauros e acrescentamentos	1737
Benefícios e transformações	Século XIX e actual

[Freguesia dos Anjos]

Breve notícia histórica

O Palácio Mitelo, no Largo deste nome, contíguo à Bemposta, é de seu núcleo primitivo uma construção seiscentista. Com efeito, na primeira metade do século XVII possuía neste sítio do Campo do Curral (Campo de Santa Ana) umas casas nobres D. Guiomar Nunes Coronel, que as legou a uma sobrinha D. Ana de Sousa. Em 1672 esta senhora vendeu a propriedade a Manuel Francisco Mendes, marchante da Casa Real, que nela fez obras de acrescentamento; por morte do Mendes, e depois da de sua viúva, as casas do Campo do Curral passaram para duas filhas, D. Joana e D. Francisca, que por sua vez as doaram a um sobrinho, Francisco de Sousa Castelo Branco. Foi este quem ainda em vida das tias vendeu, em 1737, as casas nobres da Bemposta ou do Campo do Curral ao Dr. Alexandre de Mitelo de Sousa e Meneses, desembargador, diplomata em Madrid e na China, do Conselho de El-Rei, homem muito abastado e que exerceu variadíssimos cargos; nascera em Marialva, casara com D. Luísa Leonor de Matos e Vasconcelos, de quem não houve descendência, e já tinha 60 anos quando adquiriu as casas seiscentistas do sítio da Bemposta, cujo Paço da Rainha lhes ficava quase fronteiro.

Tratou logo o desembargador Mitelo de nobilitar o velho edifício, que achou mesquinho para a sua qualidade, acrescentando ao núcleo primitivo um andar sobre o pátio — convertendo este em grande átrio —, fazendo outras ampliações, restaurando dependências e abrindo salas, alindando um pequeno jardim, rasgando baixos para aposentadorias de criados e cocheiras, transformando as fachadas, e, finalmente, em 1752, facilitando a construção de uma capela contígua pelo Nascente ao palácio, mas dele desintegrada, e que teve a invocação da Via Sacra, obra realizada pela irmandade do Senhor Jesus dos Perdões, da freguesia dos Anjos; esta capela, para a qual o desembargador contribuiu com dinheiros, está defendida do palácio por uma parede mestra, mas pelo andar do tempo encorporou-se na propriedade, com a qual comunica por uma pequena porta. É, pois, o actual palácio, que foi dos Mitelos — ou Metelos —, uma reedificação setecentista definida.

Morto o desembargador em 1766, com 79 anos, herdou o palácio a viúva, que nele não quis viver, passando a residir no Campo de Alvalade, e vendendo-o em 1771 a Lourenço Gonçalves da Câmara Coutinho, almotacé-mór, do qual transitou para D. Luís da Câmara, Principal da Sé; foi a este que em 1789 comprou a casa José de Vasconcelos Soares de Albergaria, 1.º Barão de Mossâmedes e 1.º Visconde da Lapa, deste transitando, sucessivamente, para seu filho e netos, Viscondes e Condes de Lapa. Em Junho de 1900 o descendente directo destes, 1.º Conde de Mossâmedes, José de Almeida e Vasconcelos de Carvalho da Maia Soares, que herdara o palácio dois anos antes, vendeu-o à Marquesa de Pomares, viuva, D. Maria Manuela de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa, Daun e Lorena por parte de sua mãe, senhora falecida em 1936, herdando então o Palácio Mitelo sua filha D. Maria Vitória Daun e Lorena, casada com D. João Pacheco de Bourbon e Lindoso.

A Marquesa de Pomares voltou a restaurar as salas do andar nobre, como igualmente o fez, em grandes escala, não há muitos anos, o Dr. António Bourbon, seu neto, filho de D. Maria Vitória. Foi esta senhora quem, em 1941, transferiu a posse de propriedade para D. Lídia Cabeça, viúva do professor Custódio Cabeça, instalando-se no edifício logo em 1942, após um novo período de obras de adaptação, o Instituto de Serviço Social e o Centro Social (obras católicas), e passando, depois, a residir no primeiro pavimento da ala Sul-Poente o bispo de Helenópole, D. Manuel Salgueiro, actual arcebispo de Mitilene. Da capela continua a ser zeladora D. Lídia Cabeça, proprietária de todo o imóvel, do qual apenas os baixos das antigas concheiras, sobre o Largo do Mastro, andam arrendadas.

No Palácio Mitelo, muito concorrido de aristocracia no tempo em que a casa pertencia aos Lapas, faleceu em 9 de Julho de 1865 o 13.º Conde do Vimioso, de nomeada na história fidalga tauromáquica de Lisboa, D. Francisco de Paula Portugal e Castro, segundo marido de D. Maria Domingas Castelo Branco, da casa dos Marqueses de Belas, e cuja filha, D. Maria José, casada em 1898 com Fernando Luís de Sousa Coutinho, 3.º Marquês de Borba, era sobrinha do 2.º Conde da Lapa, que casara em 1830 com D. Francisca Paula Luísa de Sousa, filha do 2.º Marquês de Borba.

De todas as famílias que foram possuidoras deste palácio não existe um único brasão no exterior.

INVENTÁRIO

No antigo Palácio Mitelo, com a fachada principal sobre o Largo do Mitelo, continuada em desluzido prolongamento na Rua da Bempostinha, e cuja fachada lateral deita sobre o Largo do Mastro, transpiram ainda as linhas nobres setecentistas com digna simplicidade.

Exterior

No **Exterior** anota-se:

A **Fachada Principal,** orientada a Norte, composta por corpos ligados, sendo os extremos mais altos, e nela:

O *Portal nobre,* a centro, guarnecido de cantaria e coroado por tímpano com lavores, centrado por um escudo sem armas, e ladeado por duas janelas de grades iluminantes do *Átrio;*

O *Portal da Capela,* também emoldurado de cantaria, mais simples, e cujo tímpano se adorna de emblema da Paixão;

A série de *janelas do andar nobre,* sendo de sacada apenas a do centro, sobre o portal, e a do corpo extremo Sul, e mais três janelas iluminantes no corpo que corresponde à capela;

A continuação da *fachada* na Rua da Bempostinha, trivial, e nela, entre duas ja-

PALÁCIO MITELO

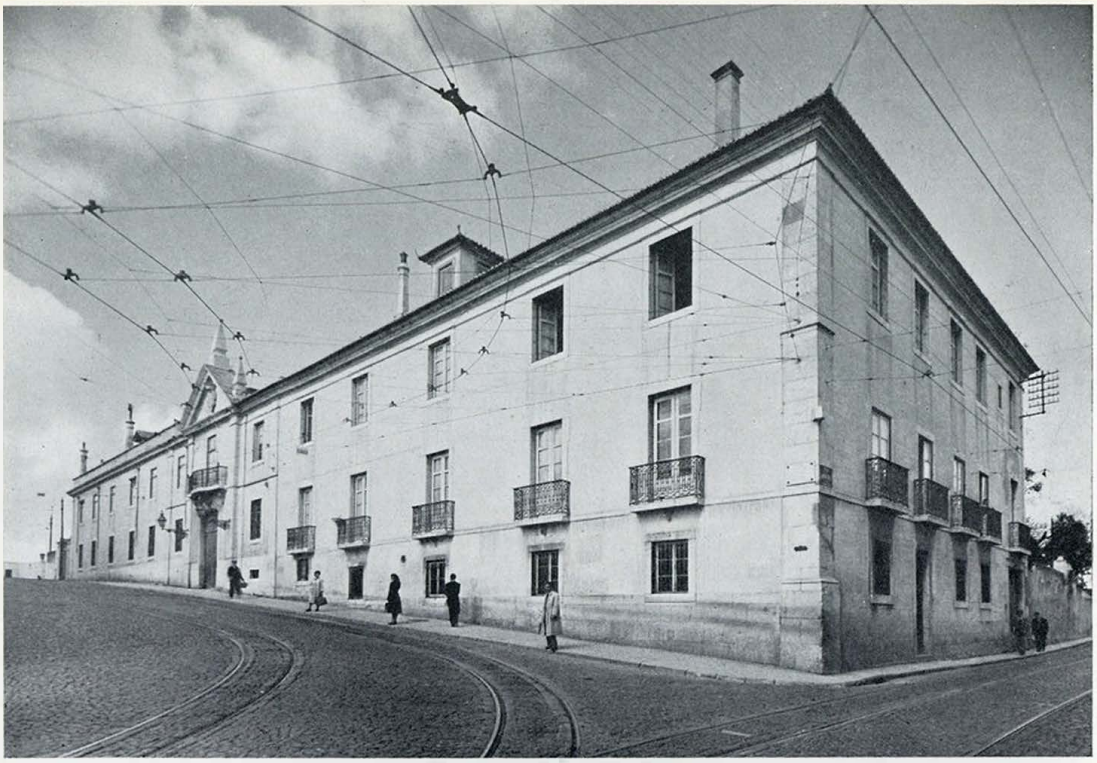
Fachadas do palácio sobre o Campo de Sant'Ana e Largo do Mastro, vendo-se a capela à esquerda (pág. 32)

BIBLIOTECA

PALÁCIO CALHARIZ

Fachadas Sul do Palácio Palmela, dos Sousa Calharizes, no Largo do Calhariz e que foi adquirido pela Caixa Geral de Depósitos (pag. 45)

PALÁCIO ANADIA



Fachadas Sul e Nascente do palácio, sobre as Ruas Silva Carvalho e das Amoreiras (pág. 40)

Fachada Poente do corpo oitocentista do Palácio Anadia, sobre os jardins (pág. 41)

nelas de sacada de um corpo mais baixo em relação à frente principal, um *registo de azulejos* polícromos, do século XVIII, com emblemas da Paixão, e na empena ao alto uma torrinha sineira, contígua ao corpo da Capela:

A **Fachada Lateral,** sobre o Largo do Mastro, com portal no n.º 27, mais uniforme e decorativa do que a principal, e na qual se notam: uma série de cinco janelas de sacada, com grades de varões setecentistas, no primeiro andar; uma outra série de cinco janelas de sacada do mesmo tipo, no andar nobre, que é o último, sendo a do centro emoldurada e engrinaldada na verga, e apoiada em três mísulas simples.

(No vértice do ângulo do edifício vê-se uma curiosa e ferrugenta peça pequena de artilharia antiga, encravada no solo, com funções de poial, e que advirá do tempo em que os Mitelos andaram pelo Oriente e pelo Brasil).

Interior

O interior do Palácio Mitelo é hoje uma pálida sombra do que teria sido no século XVIII, embora os recentes restauros lhe imprimam um ar lavado. Vale, sobretudo, pelos seus silhares de azulejo, e por alguns tectos setecentistas do estilo de João Grossi.

Anota-se:

O **Átrio,** empedrado à portuguesa, guarnecido de silhares de azulejos xadrezados, vendo-se ao fundo um arco de sustentação de larga volta abatida, e aos lados portas que conduzem às escadarias;

A **Escadaria** da direita, de um único lanço, com corrimões de mármore vermelho, e que conduz a aposentos, actualmente vulgares, do primeiro andar sobre o Largo do Mastro;

A **Escadaria Principal,** que abre à esquerda, em três lanços, com grossos corrimões de mármore vermelho, guarnecida de silhares de azulejos monócromos setecentistas, portas emolduradas nos três patins, e com tecto revestido de estuque liso, centrado apenas por uma roseta oblonga.

A disposição interior do palácio ressente-se dos restauros e adaptações de várias épocas, com inúmeros corredores e câmaras pequenas, nos quais avultam apenas bons silhares de azulejos setecentistas. Anotam-se as seguintes dependências:

Antigo **Salão de Baile** ou **de Música,** na ala do lado Sul, e nela: um belo *tecto* abaulado, de estuque, com profusa ornamentação de relevo em tom azul claro, e caracterizado por medalhões com alegorias às artes e ciências, figuras aladas de meninos e pelicanos nos ângulos e topos (escola italiana, talvez original de João Grossi, ou de seus discípulos);

Uma *Sala, de tecto* apainelado em caixotões, revestida de silhares de azulejos com cenas de caça e de pesca.

Antiga **Sala de Jantar,** e, nela, o *tecto* abaulado, de estuque, com ornatos de relevo, em branco; a guarnição de silhares de azulejos, monócromos (como todos os do palácio), com motivos de frutos e de flores, guarnecidos de bordaduras; um fogão de mármore branco, do século XVIII, guarnecido e com espaldar;

Um **Terraço,** contíguo à Sala de Jantar, guarnecido de azulejos do tipo dos restantes do palácio, e com balaustrada de pedra sobre uma antigo jardim;

A Sala da Biblioteca, e, nela, o tecto apainelado de madeira em quadrelas e ângulos, com ornatos de filetes dourados; o revestimento de silhares de azulejos, com cenas de caça; um fogão de mármore com emolduração de lavores;

Uma **cozinha,** antiga, desfigurada, onde se notam: as três lareiras antigas, cuja respiração se fazia por uma alta chaminé cónica, que ainda avulta acima da abertura do edifício; o tecto de estuque lizo, correspondendo a um antigo apainelado de cinco faces;

A **Capela,** ou **Ermida,** de construção do século XVIII, com transformações no actual século, e nela: o *tecto* da nave e o da capela-mór — única — de estuque, com relevos em medalhões que representam os quatro evangelistas e com ornatos emblemáticos; o revestimento de altos silhares de azulejos, na nave, dando *cenas da Paixão;* quatro panos de azulejos, com bordadura, recortados, com anjos ostentando os emblemas da Paixão: lança, dados, esponja e verónica; o altar-mór, de madeira, trivial, no qual se ostenta um bom Cristo Crucificado; o *arco da capela,* de cantaria lavrada nos capitéis e coroação, no fecho do qual se ostenta o brasão dos Condes da Lapa e de Mossâmedes (igual ao dos Almeidas. Avintes-Lavradio); a *Sacristia,* contígua, e que parece a dependência mais poupada a restauros, e, nela, um outro Cristo Crucificado, escultura de *madeira,* talvez do século XVII, e algumas pequenas imagens antigas.

(Entre a muita cerâmica das dependências secundárias e esconsos, nota-se num corredor, uma cena de campo, representando a lide de um touro, espécime raro na cerâmica portuguesa de setecentos. Numa das salas da ala do lado Sul as antigas pinturas murais das paredes foram recobertas de cal há poucos anos).

PALÁCIO TANCOS

Século XVII

Núcleo primitivo . . . . . Séc. XVI
Reedificação . . . . . Séc. XVII
Transformações e ampliações . . . . . Séc. XVIII

[Freguesia de S. Cristóvão]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Marqueses de Tancos — ou simplesmente Palácio Tancos —, com ampla fachada sobre a calçada daquela denominação, é uma construção seiscentista, melhorada, ampliada e transformada no século XVIII. O seu núcleo primitivo remonta ao século XVI, pois já em 1589 o Conde da Castanheira, D. António de Ataíde, que foi conselheiro e embaixador de D. João III, aqui possuía umas casas nobres, certamente modestas em relação ao que veio a ser o palácio no decorrer dos séculos seguintes.

Sucedeu que D. Joana de Ataíde, filha de D. António e de sua mulher D. Ana de Távora, casou com D. Nuno Manuel, Senhor de Atalaia, de Salvaterra e de Tancos, e um filho deste casal, D. Francisco Manuel de Ataíde, veio a ser, em 1583, o 1.º Conde de Atalaia; deste modo se entroncaram os Ataídes e os Manuéis, posto que as famílias já antes fossem afins, pois o Conde da Castanheira descendia do 1.º Senhor da Atalaia.

No começo do século XVII já residia aquele 1.º Conde de Atalaia nas casas nobres que dos Castanheiras haviam sido, e é de crer que fosse este fidalgo, possuidor de inúmeros bens, o primeiro edificador do palácio em que transformou completamente a casa quinhentista dos Ataídes. O 6.º Conde, D. João Manuel de Noronha, em 1791 feito 1.º Marquês de Tancos, foi, seguramente, quem ampliou e restaurou a sua casa nobre à Costa do Castelo, considerada das melhores da côrte antes do Terramoto, que os Atalaias habitavam normalmente, onde se celebraram grandes festas e recepções, e residiu o irmão do 1.º Marquês, o deão da Sé D. José Manuel, mais tarde (1794) Cardeal Patriarca.

O Terramoto pouco teria danificado o Palácio de Tancos, mas impôs, certamente, obras de restauros; seu proprietário andava então pelo Alentejo, onde era governador das armas da província, e sua família assistiria em Lisboa, neste casarão palaciano de S. Cristóvão sob a Costa do Castelo.

Até 1865, permanentemente, ou com ausências periódicas, os Tancos-Atalaias habitaram a sua casa, em cuja capela se celebraram durante dois séculos casamentos e baptizados de pessoas de família. Depois o histórico palácio entrou em inquilinato, parcial pelo menos, para no decénio seguinte vir às mãos do comerciante Manuel Alves Dinis, e parece que já então a casa oferecia certa decrepitude, ou pelo menos abandono.

O palácio sumiu-se então; interiormente sujeito a adaptações para inquilinato rendoso, divisórias, acrescentamos utilitários, foi gradualmente perdendo o carácter. No final do século XVII e até princípio do século XVIII, andou o palácio arrendado aos Condes de Vale de Reis (chegando a ser conhecido por esse título), mas este inquilinato fidalgo não prejudicava o palácio, e até talvez o tivesse beneficiado. A crónica do inquilinato deste palácio não apenas a dos baixos com oficinas e armazéns, é vasta, sobretudo a partir do final do século passado. Em parte do edifício teve sede, ainda no tempo dos Tancos, um Colégio de Humanidades, do dr. Fernandes Cirouco, e que persistiu até 1893, já quando a propriedade passara a Alves Dinis; depois a Tuna Académica de Lisboa, a Associação dos Caixeiros, a Academia Musical de Amadores, a Escola Primária n.º 19, depois substituída pela n.º 10 — que é a actual arrendatária da parte nobre do antigo palácio —, a Escola Comercial de Veiga Beirão, esta de Outubro de 1919 a Agosto de 1941, à qual se seguiu a Escola Comercial de Patrício Prazeres, que ainda ocupa uma parte do edifício, que lhe é cedida pela dita Escola Primária.

Nos andares térreos do lado da Calçada instalaram-se várias oficinas, e numas dependências com acesso pela Costa do Castelo, n.º 23, tem a sua sede a Associação de Beneficência de S. Cristóvão e S. Lourenço.

Este antigo palácio teve história social, fidalga, religiosa, e, decerto modo política; hoje é uma enorme massa urbana, alcantilada nas abas da Costa do Castelo sobre S. Cristóvão, que nada nos diz, sem auxílio das crónicas.

INVENTÁRIO

No Palácio Tancos, cujo acesso se faz por um portão, n.º 27, numa reentrância da Costa do Castelo, o que impressiona é, sobretudo, a sua extensão, de uma aparência que revela qualquer coisa de antiga grandeza. Interiormente é, apenas, um mostruário de cerâmica de azulejos.

Exterior

No Exterior anota-se:

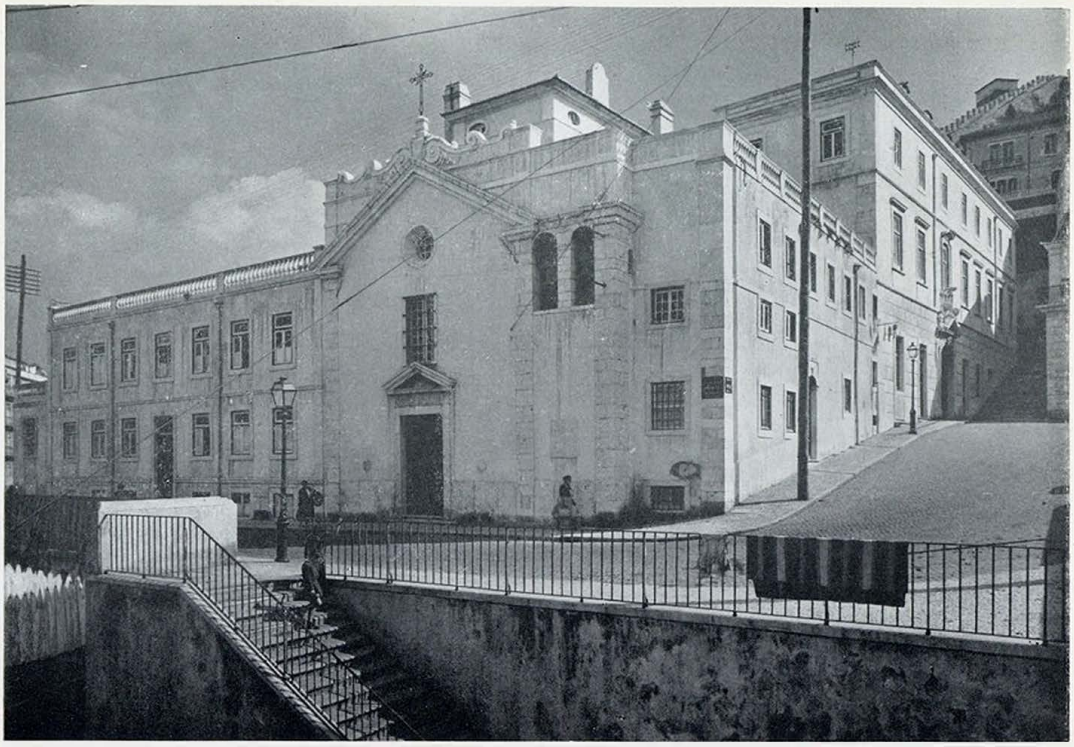
A **Fachada Poente,** sobre a Calçada Marquês de Tancos, acompanhando no pavimento térreo o desnível de rua; e nela:

No *andar superior* uma janela de peito na extremidade Norte-Poente, treze janelas fingidas, e duas na outra extremidade, estas de sacada, com varões; no *andar nobre* uma ordem simétrica de dezasseis sacadas, ao tipo do século XVII, mas do século XVIII, rematadas por cornija; no primeiro andar, ou sobrelojas, uma ordem de quinze janelas de peito, havendo no lugar da décima sexta, junto à cortina da Costa do Castelo, sido aberta no começo deste século uma porta, n.º 1, que serve a sobreloja (contíguo a este edifício, pelo lado inferior da calçada, segue um prédio de três andares, que esteve em tempos integrado no palácio, mas que dele não fez, primitivamente, parte);

O *topo Nascente,* estreito, com duas janelas de sacada, baixa, ao nível e idênticas às do andar superior da fachada grande;

A **Fachada,** irregular, **da Costa do Castelo,** incaracterística, onde se abrem várias

PALÁCIO DA ROSA



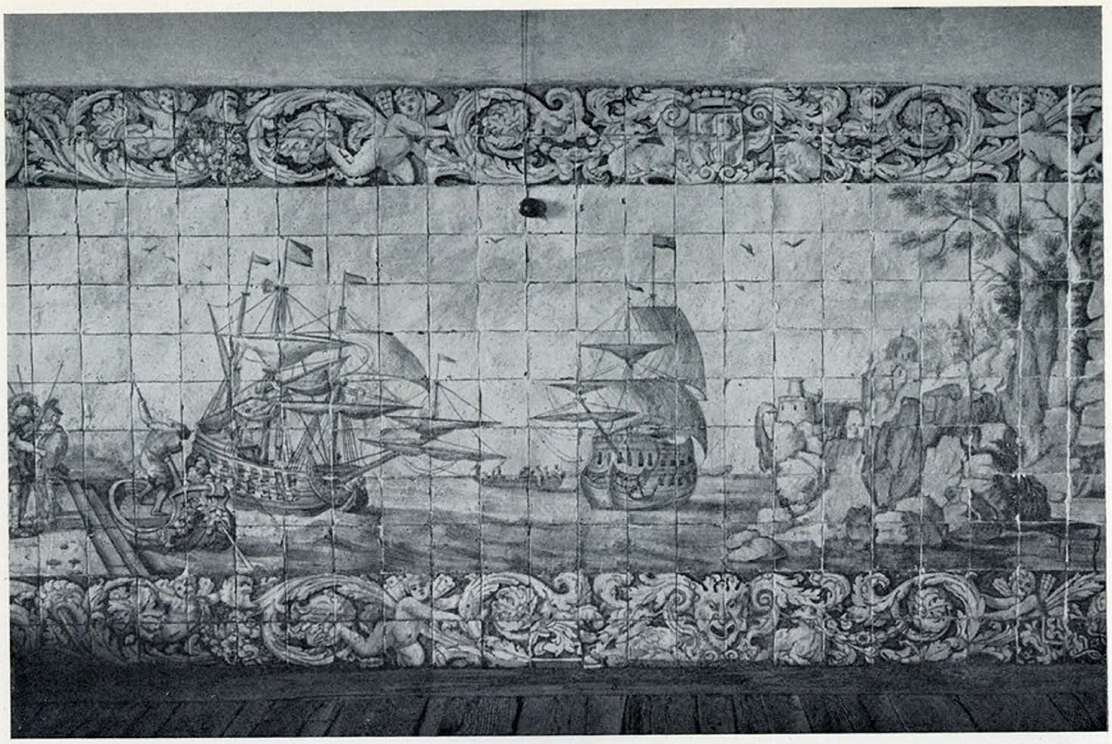
Fachadas do Palácio da Rosa, dos Marqueses de Ponte de Lima e Castelo Melhor, no qual se integra a velha igreja de S. Lourenço (pág. 29)

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

PALÁCIO TANCOS

Fachada principal do Palácio dos Condes de Atalaia e Marqueses de Tancos, vendo-se ao fundo o Palácio Vila Flor (pag. 36)

PALÁCIO TANCOS



Pormenor valioso de um dos paineis de azulejos, vendo-se na bordadura superior as armas dos Atalaias (pág. 37)

Decorativo painel de azulejos numa das salas, valorizado pela cercadura envolvente (pág. 37)

janelas, uma porta, n.º 23, e, numa reentrância, se situa o portão, sem coisa alguma que o valorize, dando acesso a um recinto, que corresponde ao antigo pátio nobre, hoje totalmente inexpressivo.

A **Fachada,** alta **Poente,** sobre um terraço, com quatro janelas de peito, no andar superior, e quatro portas-janelas, ao nível do terraço, no alinhamento das do andar nobre da fachada.

(Nenhuma pedra de armas se vê, desde há muito, no exterior do palácio, e a porta de acesso do pátio à primeira ala do edifício — antigo átrio — foi transformada no século passado sem deixar vestígio de nobreza).

Interior

No Interior do Palácio Tancos as antigas Salas, que deviam ter tido ostentação, e os próprios aposentos secundários, estão hoje desfigurados, reconhecendo-se apenas pela sua distribuição, pelo revestimento cerâmico e pelos tectos, alguns característicos do século XVIII, mas todos desluzidos.

Anota-se, quanto a **Salas,** quase todas elas com ombreiras de cantaria vermelha, ou mármore baixo, do tipo do século XVII. e que presistiram na renovação setecentista, agora convertidas em salas de aula e em gabinetes:

A *sala de entrada,* presentemente ginásio e átrio de recreio, guarnecido de silhares de azulejos monócromos, muito mutilados e truncados;

Um **antigo Salão,** hoje dividido em duas salas cortadas por tabique, e guarnecido por silhares de azulejos da primeira metade do século XVIII, monócromos, representando cenas de montaria a javalis e veados, à lança, com larga figuração, e boas cercaduras de volutas, flores e meninos alados.

Um **antigo Salão,** rectangular, com dois grandes *painéis de azulejos,* monócromos, e dois do mesmo tipo setecentista nos topos, nos quais se representam a cena de um rapto (das Sabinas?) com curiosa figuração, uma vista do mar com grandes náus, em primeiro plano, e trechos de jardins e palácios, em pormenores decorativos, estando os assuntos centrais historiados guarnecidos por cercaduras de volutas e meninos, nos quais se pintou, ao centro superior, o *brasão* dos Atalaias e Tancos, esquartelado (em dois quartéis coto de águia com espada erguida, e, noutros dois, leão de púrpura, em pé, coroado de marquês, mas sem timbre das armas);

Outra **Sala,** na qual a decoração cerâmica é constituída por *silhares* do mesmo tipo e época das precedentes salas, representando cenas de caça, com figuração de cavaleiros e damas; outra **Sala,** na qual se notam, na cerâmica de *silhares* do tipo característico do palácio, delicadas cenas pastoris, mas com envolvimento de bordadura em desenho mais largo, avultando uma figura sobre pedestal a toda a altura dos extremos; outra **Sala,** cuja decoração de azulejos representa em dois grandes painéis um rapto (de Proserpina por Plutão?), vendo-se um carro alado tirado pelos cavalos da fábula, e, em pormenores, um cenário arquitectónico; outras *Salas* ou pequ-

nas *Saletas,* também revestidas de silhares de azulejo de tipo tapete, decorativo, ou historiado com cenas campestres e pastoris, ou de caça e de brinquedo.

(Só em quatro salas se notam ainda tectos de madeira, planos, em quadrelas, sem pinturas, e numa única do andar superior, um tecto apainelado em quadrelas e ângulos de engra, também sem pinturas, todos de visível fundo seiscentista).

Um **terraço,** na ala Poente, que assenta sobre a estrutura superior do prédio contíguo ao palácio na Calçada do Marquês de Tancos, e, nele, muretes, com poiais, revestidos uns e outros de azulejos flor e navio, a cor de vinho, tipo holandês, de factura porventura do século XVII.

(Em várias dependências do edifício, sobre a Calçada Marquês de Tancos, os vãos das janelas são guarnecidos de poiais de pedra, do tipo do século XVII, e os silhares ou rodapés de azulejos parece recuarem àquela época da cerâmica portuguesa).

[Para mais perfeito conhecimento da história deste palácio consulte-se «A Freguesia de S. Cristóvão», 1.º vol., de Ferreira de Andrade].

PALÁCIO ANADIA

Século XVIII

Núcleo primitivo	Último quartel do séc. XVII
Fundação	1706
Reconstrução e ampliação	1884

[Freguesia de Santa Isabel]

Breve notícia histórica

O Palácio Anadia, no antigo sítio de S. João dos Bemcasados, é uma construção setecentista, mas com transformações radicais no decorrer do século passado. Contudo o seu núcleo fundamental recua, pelo menos, ao último quartel do século XVII, representado por umas casas nobres, integradas na quinta de S. João, que aqui possuía José Rebelo Palhares, de uma dinastia de comerciantes destes apelidos que se instalaram em Lisboa no primeiro terço daquele século. Aquela quinta e mais duas do mesmo Palhares (a dos Pousos, que chegava a Campo de Ourique, e a do Pé do Mu (por muro?) ou do Fetal, que se prolongava até à cerca do convento das trinas do Rato), foram à praça, por dívidas, em 5 de Outubro de 1700, adquirindo-as Francisco Duarte de Almeida e Sousa, bailio do Acre da Ordem de Malta, que delas tomou posse formal em 1706 (papéis do arquivo da Casa Anadia), doando logo casas e quinta de S. João (dos Bemcasados) a seu irmão Aires de Almeida e Sousa. Um descendente deste, Manuel de Sousa e Almeida, casou com D. Violante Engrácia de Sá, filha de Aires de Sá e Melo e de D. Isabel de Melo, Senhores da Anadia, e eis como o solar arrabaldino de S. João dos Bencasados principiou por se ligar aos Anadias. Em 1755 a casa nobre — ainda não existia a rua de S. João dos Bemcasados, só aberta anos depois do Terramoto — era de um outro Aires de Sá e Melo, sobrinho neto de D. Violante Engrácia, que foi ministro plenipotenciário, secretário do Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra com o Marquês de Pombal, e falecido em 1784. Foi neste ano demolida a velha Ermida de S. João dos Bemcasados, integrada desde o começo do século XVIII na casa nobre, pelo Poente, mas mais avançada de situação em relação ao alinhamento actual. A propriedade passou então ao filho de Aires de Sá, João Rodrigues de Sá e Melo, 1.º Visconde (1786) e 1.º Conde (1808) da Anadia, primeiro donatário da vila do seu título, o qual, morrendo sem descendência, deixou a casa a seu tio José António de Sá Pereira, 1.º Visconde de Alverca (1805), que veio a ser o 2.º Conde de Anadia.

O 4.º Conde de Anadia, José Maria de Sá Pereira Pais do Amaral e Vasconcelos Quifel Barberino, filho da 3.ª Condessa e 2.ª Viscondessa de Alverca e de um Quifel de Barberino, filho de Simão Pais do Amaral — por seu pai 12.º Senhor da Casa de Mangualde —, foi uma figura famosa e popular de Lisboa, mas muito fidalga; morreu novo, em 1870, e um seu terceiro filho, Carlos de Sá do Amaral Pereira de Menezes, veio a ser o 1.º Visconde e 1.º Conde de Alferrarede, ao qual, em partilhas, coube o solarengo palácio de S. João dos Bemcasados. Por sua morte, em 1909, o palácio ficou para sua viuva, D. Maria da Luz Biester de Barros Lima, Condessa actual de Alferrarede, e irmã da 5.ª Condessa de Anadia. O palácio pertence hoje a D. Maria da Assunção de Barros Lima, viuva de D. António de Sousa Holstein Beck (primogénito do falecido Duque de Palmela), Conde de Calhariz e depois Marquês do Faial, título que usa a actual proprietária.

O palácio está hoje longe de ser em aspecto e estrutura o que foi no começo do século XVIII quando o primeiro ou segundo Almeida e Sousa o reconstruiram sobre o núcleo das casas nobres dos Rebelo Palhares; bastantes restauros, transformações e rectificação de alinhamento o assinalaram, nomeadamente depois do Terramoto, logo a seguir quando da abertura da rua, depois, em 1780, após um incêndio, muito mais tarde, em 1884, com alteração no exterior, e ainda em 1921 mas apenas na ala do lado Poente.

Irregular em planta no posterior Norte, o palácio, que disfrutou de larga quinta rústica, sucessivamente parcelada e alienada, nos séculos XVIII e XIX, e cujo jardim ou mata sofreu recente corte para a construção da estação da Companhia Carris — tem dois pavimentos principais, em duas alas, além de outros superiores, provindos de alargamentos. A história de seus residentes, por arrendamento, e hóspedes, mais ou menos demorados, é curiosa. Nele viveu em 1730-1732, a curar seus achaques, o pequeno infante D. Carlos, filho de D. João V, mais tarde (1742-1749) os Condes de Unhão, com sua numerosa família, ainda (1769-1785) D. Joana Perpétua de Bragança, irmã do Duque de Lafões, os Seabras da Silva, na transição do século XVIII para o XIX, além de dezenas de outras personalidades; os seus proprietários durante longos períodos não residiram no palácio, ou apenas o habitaram em parte. No palácio viveu com sua família durante muitos anos, do lado da rua das Amoreiras, o nobre Conde de Mafra, dr. Tomás de Melo Breyner, que nele morreu em 24 de Outubro de 1933.

História política não a teve esta nobre casa, e a sua história mundana reduziu-se a reuniões íntimas de aristocratas e literatos do século XIX, mas sem ressonância que nobilite o palácio setecentista de S. João dos Bemcasados.

INVENTÁRIO

O Palácio Anadia situado na Rua Silva Carvalho, onde tem a sua fachada principal, e contornando para a Rua das Amoreiras, é ainda uma vistosa edificação de tipo solarengo, valorizada pelo seu alçado nobre e por alguns pormenores interiores. Pode ser considerado um dos poucos palácios de Lisboa ainda na posse, posto que por linhas indirectas, da família dos primeiros reedificadores.

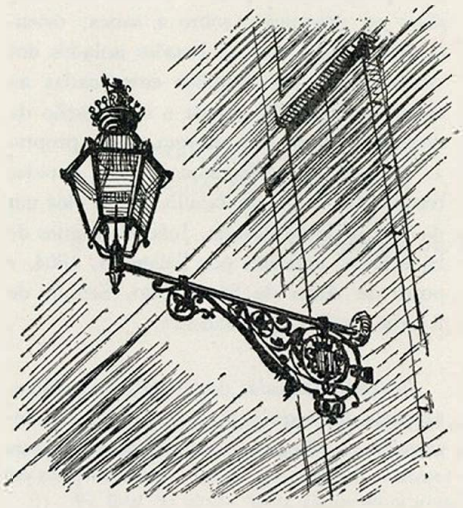
Exterior

No Exterior anota-se:

A **Fachada Principal,** orientada a Sul, dividida em dois corpos laterais, com um corpo central, e nela:

O *corpo central,* destacado no mesmo alinhamento, e, nele, o portal nobre, de emolduração simples, n.º 347 da Rua Silva Carvalho (assim denominada desde Outubro de 1920), ladeado por dois candeeiros de braço e lanterna, de ferro forjado, com as armas dos Anadias no centro do braço e a lanterna coroada por um leão alabardeiro; janela de sacada sobre o portal, com

varanda em curva larga; o tímpano superior, triangular, dominando o semblante da fachada, no centro do qual assenta a pedra de armas dos Sás-Anadias — escudo com o campo enxadrezado de seis peças em cinco palas, tendo no centro, ao alto, um pelourinho (ou coluna coroada dos Colonas?), com coroa condal sob o timbre expresso por um búfalo;



Os *Corpos laterais*, cada um com uma ordem de seis janelas de peito no andar superior; uma ordem de seis janelas de sacada (século XIX) no primeiro andar nobre do corpo do lado Poente, e, no mesmo andar, cinco janelas de sacada, do mesmo tipo, e uma janela gradeada no corpo do lado Nascente; cinco janelas gradeadas no andar térreo do corpo do lado Poente. (Na continuação, para Poente, desta fachada, assinala-se um troço de muro no qual se abre uma porta para o jardim).

A **Fachada Lateral** a Nascente, na Rua das Amoreiras, e, nela, uma ordem de cinco janelas de peito e uma fresta no andar superior; uma ordem de cinco janelas de sacada no andar nobre; uma porta, n.º 105 ao nível da rua, de acesso a dependências do palácio, e ainda um portão, antigo, a um nível um pouco mais alto.

A **Fachada Lateral** a Poente, sobre o que resta do grande jardim antigo, e, nela, um *alçado superior* central com uma ordem de cinco janelas de peito; o *andar nobre*, com sete janelas, sendo as três do centro de sacada e guarnecidas por uma única varanda, duas janelas de cada lado da varanda, sendo uma delas de sacada; *portal* de acesso pelo jardim a dependências do palácio, ladeado por dois candeeiros de braço, de ferro, idêntico aos que ladeiam o portal nobre da fachada principal; no patim de empedrado lê-se «1921» sobre «C. C.» (Conde de Calhariz), ano de obras nesta face do edifício.

A **Fachada Posterior** Norte, irregular, com várias ordens de janelas, e entre elas três sacadas na ala Nascente.

O antigo jardim e mata, hoje muito reduzidos, são defendidos da rua por um muro, com janela gradeada, que se segue à fachada Nascente, e, contornando a Rua das Amoreiras, fecha a vedação junto à entrada da estação da Companhia Carris.

Interior

O Palácio Anadia, interiormente, pode ser considerado em dois corpos interligados: o do lado Nascente, primitivo, e o do lado Poente, do terceiro quartel do século passado. Não se distingue pela ostentação, mas por decorações delicadas e por alguns espécimes de cerâmica do século XVIII.

Anota-se:

O **Átrio**, primitivo do Palácio, com acesso pelo portão nobre, estreito e sem interesse algum.

A **Escadaria**, que sobe à direita, simples, guarnecida de rodapé de azulejos setecentistas, e conduzindo à parte primitiva do palácio.

As **Salas** deste nucleo são, quase todas, guarnecidas de rodapés de azulejo do século XVIII, e com tectos recobertos de delicadas pinturas ornamentais, já do século XIX, podendo destacar-se dessas dependências a *Sala de jantar* e a *de Estar*.

A ala Poente do Palácio — chamada a «parte nova» — tem acesso natural pelo lado dos jardins.

Anota-se:

A **Escadaria,** com dois lanços, que fecha em galeria guarnecida de balaustrada de madeira negra; o tecto, de estuque de relevo, em quadrelas e rosetas; as paredes da galeria na qual avultam, em pintura de claro escuro, dois brasões com as armas das famílias entroncadas nos Anadias e Alvercas;

A **Sala de Bilhar,** com um belo tecto de estuque, policromado, com quadrelas geométricas assentes sobre fundos verdes, ao centro do qual, em grande oval, e em pintura policromada, pesa o brasão dos Anadias; na guarnição, sobre a sanca, ostentam-se escudos com os brasões isolados dos vários ramos das famílias entroncadas na nobresa do palácio (traça e a execução da decoração desta sala devem-se ao próprio 1.º Conde de Alferrarede); nas paredes retratos de vultos da família, entre eles um do 1.º Conde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, assinado por Pellegrini, 1804, e outro de Aires de Sá e Melo, Senhor de Anadia, pai do precendente;

As restantes *salas* desta parte do palácio, algumas em sequência, são simples nas decorações, e não oferecem interesse de maior.

PALÁCIO CALHARIZ

Século XVIII

Fundação 1703
Ampliação e restauros 1843-1844

[Freguesia de Santa Catarina]

Pequena notícia histórica

O Palácio do Calhariz, no Largo do Calhariz, é uma edificação do começo do século XVIII, inteiramente ampliada e restaurada no segundo quartel do século passado. O nucleo primitivo do traçado predomina, contudo, no conjunto palaciano arquitectónico.

No final do século XVII elevavam-se neste local umas casas em terreno que pertencia à Condessa-Baronesa de Alvito, senhora cujo nome não aparece citado em crónicas ou notícias, mas que foi D. Inês Margarida de Lencastre, segunda mulher do 9.º Barão de Alvito e 3.º Conde de Oriola, D. Vasco Lobo da Silveira, e filha de D. Cristóvão de Almada, provedor da Casa da India. (Vide no fascículo V do «Inventário» o capítulo «Palácio Almada-Carvalhais»). Estes Almadas eram senhores de vários tratos de terreno na freguesia de Santa Catarina.

D. Francisco de Sousa, Morgado do Calhariz, do termo de Sesimbra, senhor da Casa dos Sousa Calharizes — um dos vários ramos dos Sousas, de antiga nobreza de Portugal — era no final do século XVII já morador na freguesia, e pensou em erguer aqui casa sua condigna de seu estado. Para tal desfez-se de uma propriedade em Lisboa e de outra no Algarve, e como era parente dos Alvitos, concertou-se com a citada Condessa-Baroneza, adquiriu-lhe o chão onde se elevavam as velhas casas e entrou a construir, cerca de 1703, o seu solar, depois de demolir quanto naquele terreno antes havia de pé.

Ràpidamente D. Francisco de Sousa realizou o seu pensamento; o fidalgo do Calhariz passou logo a residir no palácio — da então Rua do Loreto, e que viria a dar nome ao sítio — e nele morreu em 1711, sucedendo-lhe seu filho, também D. Francisco de Sousa, igualmente ali falecido em 1729. O palácio do Calhariz veio depois à posse de D. Alexandre de Sousa Holstein, senhor da casa dos Sousas Calharizes, embaixador em várias cortes da Europa, nomeadamente em Roma onde morreu em 1802, estando com ele então seu filho D. Pedro de Sousa Holstein (que nascera do casamento de D. Alexandre com a famosa D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim,

da Casa de Alva, marqueses de Santa Iria), e que, sucedendo ao pai nos senhorios e haveres, veio a ser diplomata e, depois, estadista notável, sucessivamente 1.º Conde, 1.º Marquês e 1.º Duque de Palmela.

Regressando à corte de Lisboa em 1806, tinha apenas vinte e cinco anos, D. Pedro entrou a habitar o palácio dos seus maiores, mas não permanentemente, pois a sua vida foi bastante erradia como diplomata e como político da feição liberal, sendo certo, porém, que pouco depois de 1810, ano em que casou com D. Eugénia Teles da Gama, das Casas Niza e Vidigueira, no solar setecentista dos Calharizes, de Lisboa, residiu algum tempo.

Em 1843, era então já Duque de Palmela (título que preferiu ao de Duque do Faial — 1833), D. Pedro deu começo a grandes obras de restauro e ampliação do seu palácio, beneficiando-o e enriquecendo-o. Comprou o Duque à Câmara Municipal, por um conto de réis, o troço inicial da Rua do Trombeta, que subia do Largo do Calhariz à Travessa das Mercês, e adquiriu uns casebres que existiam no princípio da Rua da Atalaia. Data desta época a construção do anexo, contíguo ao palácio setecentista pelo lado Norte, na Travessa das Mercês, e a dos jardins, em dois planos, na esquina inferior da Rua da Atalaia, desaparecendo o citado troço inicial da Rua do Trombeta.

Os arquitectos cenógrafos Cinatti e Rambois foram chamados a dirigir a obra de acrescentamento do palácio e decoração do interior, adornado com preciosidades artísticas, que D. Pedro coleccionara durante as suas estadias no estrangeiro, as quais, em grande parte, foram mais tarde transferidas para os Palácios Palmela, da Rua da Escola Politécnica, e de S. Sebastião, no Lumiar.

O edifício não sofreu grande dano por ocasião do Terramoto, era então apenas o solar dos Sousa Calharizes. Certo é que, mesmo antes dos acrescentamentos e restauros do século XIX, andou de arrendamento; assim em 1790 e em 1803 estabeleceu-se no palácio a Academia Real de Fortificação (antecessora da Escola do Exército), em 1830 ocupava o andar nobre a Câmara Eclesiástica, e, nesse mesmo ano, uma repartição da tesouraria geral das tropas, que se conservou até 1833.

Já depois de o edifício haver sido ampliado, e passado o período imediato ao restauro, esteve o Palácio Palmela alugado (1855-1856) ao capitalista Manuel Pinto da Fonseca, depois à Companhia dos Caminhos de Ferro, e ainda (1882-1892) serviu de sede ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Já no actual século nele se estabeleceram a Liga Naval — que deu ao aristocrático palácio uma certa aura —, o Centro Nacional de Esgrima, o Aero Clube de Portugal, e, alfim, o Automóvel Clube de Portugal, como grande inquilino, e que sub-arrendou uma parte do edifício ao Sindicato Nacional dos Músicos.

Vários estabelecimentos comerciais, algumas oficinas e inquilinos particulares ocuparam durante muitos anos, e já neste século, as lojas e sobrelojas do enorme edifício, em qualquer das suas quatro faces.

Alguns anos depois da morte (1941) da 4.ª Duquesa de Palmela, D. Helena Maria Domingas de Sousa Holstein, já então viúva (1933) do Duque D. Luís, filho segundo dos Marqueses da Praia, seus filhos herdeiros, dos quais era cabeça de casal D. Domingos de Sousa Holstein, Conde da Póvoa e actual Duque de Palmela, tiveram, para efeito de partilhas, necessidade de vender o palácio de seus maiores. Por escritura de 30 de Setembro de 1947 adquiriu-o a Caixa Geral de Depósitos, por 15.800 contos, entrando pouco depois o edifício a ser despejado, após indemnizações, saindo o Automóvel Clube em princípios de 1948, para ir ocupar um palacete que adquiriu na Avenida Duque de Loulé.

Presentemente o antigo Palácio dos Sousa Calharizes está devoluto de quaisquer inquilinos, havendo nalgumas dependências sido instalados provisòriamente vários serviços e os arquivos da Caixa Geral dos Depósitos.

O edifício encontra-se (Novembro de 1949) totalmente desguarnecido de mobiliário, acusando em grande parte lamentável decrepitude, com as salas vivendo apenas das decorações oitocentistas, transparecendo das várias alas e pavimentos um ar de abandono, aliás transitório. Com efeito no imenso casarão vão ser levadas a efeito obras radicais de transformação, de adaptação ao novo destino, e de restauro, que serão executadas por fases periódicas.

O Palácio do Calhariz teve história aristocrática e política, local e mundana, sobretudo na segunda metade do século XVIII. Dele se pode dizer que é mais um dos de Lisboa desintregrados do seu vínculo, e que tende, talvez, a tornar-se interiormente irreconhecível, tal o seu vizinho Palácio Sobral, sede desde 1897 da Caixa Geral de Depósitos.

INVENTÁRIO

O Palácio do Calhariz, ou dos Sousa Calharizes-Palmelas, contido entre o Largo do Calhariz pelo Sul, Travessa das Mercês pelo Norte, Ruas da Rosa e da Atalaia, respectivamente, pelo Poente e Nascente, apresenta um exterior regular e uniforme, pois o acrescentamento do século XIX integrou-se no conjunto da traça setecentista.

Exterior

Pode assinalar-se:

A Fachada Principal, sobre o Largo do Calhariz, e nela:

O *Portal nobre,* entre duas colunas de ordem dórica, e cuja verga é sobreposta de composição emblemática (palmas entrelaçadas); o primeiro andar com uma ordem de sete janelas, sendo a do centro, que assenta sobre o entablamento do portal, guarnecida de varanda de balaustres; o andar nobre, superior, com uma ordem de sete janelas de sacada, com grades de varões, e sobrepostas de mezaninos elípticos, excepto a central, que é sobrepujada da pedra de armas dos Sousas de Arrouches, com coroa ducal (as armas de Portugal nos primeiros e quarto quartéis, e cadernas de crescentes no segundo e terceiro); seis janelas de peitoril nas sobrelojas, e várias portas de antigos esabelecimentos ao nível da rua;

O **Corpo Nascente,** anexo do século XIX, contíguo à Fachada Principal Sul, e nele:

Dois *corpos laterais* extremos, com um andar térreo e sobreloja (até há pouco estabelecimentos comerciais), sobre cada um dos quais assenta um terraço guarnecido de balaustres e vasos de mármore; o *portão* do jardim, de bom ferro trabalhado, situado ao centro daqueles dois corpos, ladeado por colunas de cantaria rematadas por vasos, e coroado por composição artística em ferro na qual blasonam as armas dos Sousas;

A **Fachada Sul,** posterior do anexo que tem a frontaria na Travessa das Mercês, fachada que faz o fundo do segundo plano, superior, do pequeno jardim, e nela: um *corpo central,* avançado, com três janelas ligadas por varanda corrida, rematado por frontão triangular, em cujo tímpano avulta a pedra com as armas dos Sousas, dois corpos laterais estreitos, cada um com uma janela de sacada e porta para o jardim;

O *Jardim,* em dois planos, tendo o plano inferior por fundo um muro com um nicho de cantaria, situado entre os dois lanços de escada que conduz ao plano superior, no qual merece destaque apenas um pequeno lago centrado por um golfinho (tudo isto está condenado a desaparecer no plano da transformação do edifício);

A **Fachada Poente,** sobre a Rua da Rosa, em desnível e, nela, duas ordens de janelas no alinhamento e tipo das da fachada principal, e sobrelojas e baixos, servidos por uma única porta vulgar;

A **Fachada Norte,** posterior de todo o edifício, sobre a Travessa das Mercês, cons-

tituída por cinco corpos uniformes, divididas por pilastras, e nela:

Os três *corpos do lado Poente,* correspondentes ao palácio primitivo do século XVIII, mas transfigurados de semblante em 1844, tendo o corpo central três janelas de sacada, ligadas por varanda corrida, sob a qual se rasga o portão, simples, que serve a ala posterior do todo o edifício, e os dois corpos laterais cada um com duas janelas de sacada;

Os *dois corpos do lado Nascente,* anexo do século XIX, onde avultam varandas impraticáveis, adiante de janelas fingidas;

A **Fachada Nascente** sobre a Rua da Atalaia, constituída pelo corpo da esquina da Travessa das Mercês, com duas janelas de sacada do tipo geral das de todo o palácio, e ao qual se seguem, inferiormente, muros do Jardim, guarnecidos de balaustrada (primeiro plano) e de cortina de grades (segundo plano).

Interior

O Interior do Palácio é dividido por várias alas e andares, que interdependem, e apenas nalgumas salas persiste um certo semblante mais aristocrático do que nobre, cujas decorações revelam o carácter oitecentista dos restauros de Cinatti e de Rambois.

Anota-se:

O **Pátio Nobre,** situado além de uma passagem, com cobertura de estuque em relevos, o qual abre do portão principal; na quadra rasgam-se nas faces Sul e Norte três vãos uniformes, ou arcarias de volta perfeita, e lateralmente guarnecida, à altura do andar nobre superior de varanda corrida e ligada, apoiada em grossas mísulas, e acompanhando as quatro faces das alas do edifício; no Pátio situam-se várias dependências, antigas cocheiras e cavalariças, e, à direita, logo além da passagem de acesso, nasce uma escadaria de serviço das alas Nascente e Norte;

O **Átrio,** ao fundo do Pátio, além da arcaria Norte, em cuja frente se abre um arco de acesso, ladeado por dois vãos, também rematados em arco, mas com murete que os torna impraticáveis;

A **Escadaria,** que sobe à direita do Átrio atrás citado, guarnecida nas paredes de placas almofadadas de cantaria, e com tecto de estuque em relevos geométricos, característica de quase todo o edifício; esta Escadaria conduz ao

O **Átrio** superior, no corpo posterior do edifício com acesso pela Travessa das Mercês, valorizado por três arcos de sustentação, entre pilastras, e, nele, o tecto, de estuque em relevo, com desenhos geométricos e quadrelas (século XIX), e o pavimento de placas de mármore de dois tons;

A **Escadaria,** em dois lanços, que nasce à direita daquele Átrio, subindo, e, nela: os silhares de cantaria almofadada das paredes, acima dos quais avultam composições de estuque com figuras de dragões estilizados; os tectos, de estuque em relevos geométricos; a cúpula redonda, a claro-escuro de tom azul, e na qual se alteia um lanternim iluminante; uma pequena galeria ou patamar, circundante, numa das faces da qual se rasga uma porta, guarnecida de cantaria trabalhada com entablamento de composição escultórica, na qual dois me-

ninos ladeiam o brasão ducal dos Sousas (neste patamar abre-se uma porta que serve a galeria superior da Capela).

As **Salas** do Palácio Calhariz-Palmela dividem-se pelas várias alas do edifício, e, apesar de desguarnecidas, oferecem muitas delas interesse decorativo, e algumas, mesmo, são ainda sumptuosas; patenteia-se em todas elas o século XIX, decorativo e muito francês, na maneira de Rambois.

Anota-se:

A **Sala de Baile** ou de **Música,** a principal do palácio, elíptica, da qual abrem três janelas para o pátio nobre, e nela: o *tecto,* ricamente decorado, com pintura polícroma ornamental sobre estuque, em relevos, patinados de ouro, guarnecido por uma esteira envolvente de acantos, e valorizado com medalhões sextavados com alegorias picturais à música e à dansa; as paredes, igualmente decoradas com ornatos polícromos de estuque em relevo, filetado de ouro, e com grandes espelhos na faces laterais; as ombreiras de mármore rosa (único pormenor do século XVIII), e chão de «parquet» (no topo desta Sala destaca-se uma tribuna alta, com órgão desmantelado);

O antigo **Quarto do Duque,** sala nobre, e, nele, o bom tecto de pintura de perspectiva arquitectónica (Cinatti), pródiga de temas, e valorizado por uma composição central de pintura alegórica (Rambois), que, representa o «triunfo de Vénus); ângulos com o brasão dos Sousas em pintura de fundo azul;

A **Sala de Jantar,** caracterizada por pinturas polícromas ornamentais e com medalhões alegóricos e outros representando frutos e flores.

Outras *Salas* podem ainda citar-se como uma de tecto elíptico, em estilo «Directório», outra com pinturas a claro-escuro, adornadas de medalhões; outra ainda caracterizada por bom estuque em relevos dourados, e ainda umas seis ou sete, todas à base de ornatos polícromos, com relevos patinados, e de alegorias picturais, mas, em regra, de paredes desluzidas;

A **Capela,** pequena e há muito profanada, e nela: a cúpula, circular, com quadrelas polícromas e rosetas douradas, e com lanternim; as paredes de estuque vulgar; o altar com frontal de mármore azul-roxo; o *Sacrário* de mármore e jaspe, de tipo basílica com cúpula e colunata (trabalho de artista italiano); e, a um lado, um baixo relevo funerário, representando uma mulher ajoelhada e chorando ante um busto de homem, vendo-se nesta composição a legenda «Alexandre de Sousa Holstein» e uma data CIↃIↃCCCIX (Trata-se do 1.º Conde do Calhariz, filho primogénito do Duque D. Pedro, falecido nos Açores, em 21 de Julho de 1832).

PALÁCIO RIBEIRA

Frontaria da capela do Palácio Ribeira, na Junqueira, construção do século XIX (pág. 50)

PALÁCIO RIBEIRA

Fachada do antigo Palácio Ribeira, sobre a Rua da Junqueira,
distinguindo-se o decorativo corpo central (pág. 50)

PALÁCIO VALADARES

Fachada do antigo Palácio Valadares, sobre o Largo do Carmo e Calçada do Sacramento.
É hoje a Escola Veiga Beirão (pág. 54)

PALÁCIO RIBEIRA

Século XVIII

Núcleo primitivo	1701
Fundação.	2.° quartel do séc. XVIII
Reedificação	Meados do séc. XIX

[Freguesia de Alcântara]

Breve notícia histórica

O Palácio Ribeira (Marqueses e Condes da Ribeira Grande), na Rua da Junqueira, é uma reconstrução do século XVIII, de semblante muito decorativo, e vale hoje apenas pelo seu exterior.

Quando em 1701 João de Saldanha e Albuquerque, 6.° administrador do morgado dos Saldanhas, obteve autorização de D. Pedro II para aforar terrenos da grande propriedade rústica dos seus maiores, que ia de Santo Amaro quase até Belém, um dos favorecidos foi o 2.° Marquês de Vidigueira e 2.° Marquês de Niza, D. Francisco Luís Baltazar da Gama, que foi conselheiro de Estado daquele rei, e que no local onde assenta o Palácio Ribeira fez erguer umas casas nobres, que foram o núcleo fundamental do edifício.

O 4.° Marquês de Niza (por seu casamento, em 1729, com D. Maria José Xavier Baltazar da Gama, única filha e herdeira da Casa Niza e Vidigueira), D. Nuno Teles da Silva, filho do 3.° Marquês de Alegrete, vendeu as casas nobres da Junqueira a D. José Zarco da Câmara, 4.° Conde da Ribeira Grande, que em 1724, por já haver falecido seu pai, o 3.° Conde, herdara os bens e títulos do avô, o 2.° Conde, D. José Rodrigo da Câmara, grande senhor nos Açores, donatário e governador de S. Miguel, e que casara com a princesa Constança de Rohan, filha do Duque de Fontenay. Não fez grandes obras nas casas da Junqueira o 4.° Conde; foi o 8.° Conde e 1.° Marquês da Ribeira Grande, D. Francisco de Sales Gonçalves Zarco da Câmara, quem, no segundo quartel do século passado, reedificou completamente as casas que dos Nizas haviam sido, e aformoseando o palácio exteriormente, no aspecto que hoje se mantém.

Neste palácio viveram, sempre que se encontravam em Lisboa, os Ribeira Grande, e nele nasceu em 27 de Dezembro de 1852 e morreu em 2 de Janeiro de 1908 D. João da Câmara, escritor e dramaturgo, nascido do primeiro casamento do 1.° Marquês da Ribeira Grande com D. Ana da Piedade de Bragança Melo e Ligne, filha do 3.° Duque de Lafões.

O palácio pouco sofreu pelo Terramoto, era então já do 4.º Conde que o adquirira aos Nizas, e em barracas da quinta se recolheram os Condes de Atoguia, D. Luís de Ataíde e D. Clara de Assis Mascarenhas. Foi neste palácio que, em 4 de Novembro de 1836, se reuniram o Marechal Saldanha e o Visconde de Sá da Bandeira, para, com outros chefes militares e políticos, porem termo ao movimento político que ficou conhecido pela «Belemzada».

O núcleo principal e fundamental do palácio Ribeira pertence hoje a D. Maria João da Câmara Bianchi, filha do 10.º Conde D. Vicente de Paulo Zarco da Câmara. A capela do palácio, setecentista, foi desanexada da propriedade, e integra-se no prédio anexo pelo lado Poente — de construção muito posterior à do palácio —, vendido em 1927 por D. Rui da Câmara, irmão do 10.º Conde, a sua sogra D. Amélia Burnay Morales de los Rios, da qual o herdaram suas filhas D. Josefina, casada com José Rino de Avelar Frois, e que nele reside, e D. Assunção, casada com D. Rui da Câmara.

Este palácio representativo da Junqueira palaciana setecentista andou, já neste século, arrendado, havendo-se nele instalado o «Colégio Arriaga», e, depois um efémero «Colégio Novo de Portugal». Em 1939, e até há pouco tempo, ocupou-o o Liceu D. João de Castro, arrendatário da parte principal; na parte do lado Nascente continuou a usufruir a residência a veneranda viuva de D. João da Câmara, D. Eugénia de Melo Breyner da Câmara, falecida em 1947, e essa ala é habitada ainda hoje por sua filha D. Maria de Jesus Zarco da Câmara.

INVENTÁRIO

O Palácio Ribeira, situado no começo da Rua da Junqueira, n.º 66, orientado a Sul, assinala-se, pode dizer-se, pelo seu exterior já oitocentista, mas muito decorativo, embora nele persistam algumas reminiscências do século XVIII.

Exterior

Anota-se na frontaria:

O **Corpo Central,** levemente avançado, e nele:

O *Portal,* simples, ladeado por dois portões; a *varanda central,* contínua, correspondendo a três janelas, coroadas de áticas triangulares; o *tímpano superior,* em triângulo, avançando de uma platibanda de balaustres, e no qual blasonam as armas dos Ribeiras (escudo com uma torre sobre uma colina ladeada por dois lobos, de pé, envolvido pela legenda: «Pela Fé, pelo Príncipe, pela Pátria»);

Os **Corpos laterais,** idênticos, rematados por platibanda, e divididos cada um por pilastras, com seis janelas de sacada no andar nobre, sendo as duas das faces externas coroadas de ática triangular, e seis janelas no andar térreo, estas defendidas da rua por gradeamento;

Muros laterais, em extensão de cada um dos corpos extremos, e coroados de balaustrada, constituindo estes muros, com o portão e janelas, o exterior das antigas cocheiras, dando superiormente lugar a terraços, para os quais se abrem três janelas laterais e oito de fundo em duas séries;

A **Frontaria da Capela,** de fundação setecentista e reedificação exterior do século passado, com portal e janela superior ilu-

minante, e tímpano triangular, no qual se colocou a legenda com iniciais góticas «Hic est domus Dei»;

A Fachada Posterior, sobre os antigos jardins, simples mas de estilo palaciano, e na qual se vê também a pedra de armas dos Ribeiras.

[Na parede de fundo do terraço Nascente da frontaria foi colocada em 27 de Dezembro de 1922, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, sob proposta do vereador socialista Manuel Eugénio Petronilha, uma lápida de consagração da memória de D. João da Câmara, filho do 1.º Marquês da Ribeira Grande, no palácio nascido e falecido, e cuja inscrição reza:

«Em 27 de Dezembro de 1852 nasceu nesta casa o poeta e dramaturgo D. João Gonçalves Zarco da Câmara, que faleceu em 2 de Janeiro de 1908. Escritor bem português, o seu nome viverá em todos os tempos na representação das suas imortais peças: *D. Afonso VI, Alcácer Quibir, Os Velhos*, e outras. A Câmara Municipal de Lisboa, em 27-12-1922, mandou colocar esta lápida como preito de homenagem da Cidade ao ilustre escritor»].

Interior

O Interior deste antigo palácio não possue hoje cousa alguma de representativo, pois mesmo no tempo da sua aura nobre no século XIX era trivial nas decorações arquitectónicas, posto que valorizado por recheio artístico.

PALÁCIO VALADARES

Século XVIII

Núcleo primitivo	Séc. XIII
Transformação	Séc. XVII
Reedificação	1785
Restauros	Séc. XIX

[Freguesia do Sacramento]

Breve notícia histórica

O Palácio Valadares, no Largo do Carmo, é uma construção setecentista, desluzida de expressão arquitectónica, mas cujo núcleo urbano, destruído pelo Terramoto, muito longe recuava, possuindo por isso uma significação olisiponense histórica, que é a única justificação do relevo desta notícia.

No século XIII *neste Sítio da Pedreira, e no local do Palácio Valadares, assentaram as casas do «Estudo Geral» — embrião da Universidade de Lisboa —, criado por D. Dinis, em 1290, e já a funcionar nesse próprio ano ou no seguinte. Pouco tempo depois, em 1302, as casas foram doadas pelo mesmo rei aos judeus Navarros, de Beja, arrabis-móres, mas logo em 1319 as mesmas casas, com seus largos terrenos de logradouro, passaram, por doacção também, ao almirante genovês Manoel Peçanha (Pessanha, pelo decorrer do tempo), conservando-se a propriedade nos seus descendentes e sucessores, com algumas intermitências, durante todo o século* XV. *No princípio do século XVI estava a propriedade na posse dos Meneses, Condes e Marqueses de Vila Real, e nela se continuou até 1641, ano em que, por conspiração contra D. João IV, foram justiçados D. Luis de Meneses, 7.º Marquês de Vila Real, e seu filho D. Miguel de Meneses, 2.º Duque de Caminha. Vagou então a propriedade para a Coroa, doando-a logo o soberano a seu filho, o Infante D. Pedro; certo é ela pertencer, em 1653, a D. Alvaro Abranches, um dos aclamadores de D. João IV, cuja filha, e única herdeira, casou no ano seguinte com D. Miguel Luís de Meneses, neto dos Vila Reais, feito Conde de Valadares em 1702, por ajuste com D. Pedro II, pelo direito que tinha, D. Miguel Luís, à casa de Vila Real. Voltaram assim os Meneses à posse do palácio do Carmo, conservando-se este nos Valadares até ao Terramoto, que inteiramente o subverteu, desaparecendo então o núcleo urbano primitivo do velho edifício, que remontava ao tempo do Rei D. Dinis.*

Foi o 5.º Conde de Valadares, D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco, quem, a partir de 1785, fez reedificar o palácio, em área, planta e semblante em tudo diversos do que distinguira o solar dos Pessanhas e dos Marqueses de Vila Real. Em 7 de Fevereiro de 1798, no tempo do 7.º Conde de Valadares e 1.º Marquês de Torres Novas, o novo palácio sofreu incêndio, que consumiu todo o recheio, mas conservando-se, após as obras de restauro, logo efectuadas, o exterior tal qual fora traçado em 1785. No século passado o palácio continuou na posse dos Valadares, mas porque o filho do 9.º Conde, D. Francisco António, casara com a 4.ª Marquesa de Vagos, os títulos da família proprietária do palácio acabaram por unir-se na pessoa de seu filho D. Marcos da Silva Noronha, falecido em 1906. No começo do ano seguinte, para efeito de partilhas, o palácio do Carmo, que os Valadares e Vagos no século XIX só transitòriamente habitaram, foi à praça, sendo arrematado pelo confeiteiro e capitalista Baltasar Rodrigues Castanheiro; a propriedade pertence hoje aos três netos do arrematante de 1907 — Pedro, Rafael e Carlos Castanheiro Viana.

No século passado já o palácio andava abandonado pelos Valadares, e convertido em prédio de rendimento, sem beleza alguma interior, pois o incêndio de 1798 tudo consumira. Logo a seguir ao sinistro esteve ali instalada uma fábrica de arame (1798-1817). Ocupou-o, em 1819 a famosa «Assembleia Lisbonense», clube de recreio de alta distinção, cujas deslumbrantes festas deram brado, e às quais chegou a assistir a família real, dando o Rei D. João VI beija-mão. A «Assembleia» deixou o palácio em 1829, mas logo em 1835 o proprietário, que era então o 1.º Marquês de Torres Novas, alugou o andar nobre ao Clube Lisbonense, também muito afamado, e a cujas festas vinham por vezes D. Maria II, seu marido e filhos; o clube acabou em 1880. O andar nobre, logo em 1881, passou a ser sede da Direcção-Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis, que ali se manteve até 1887; no ano seguinte ocupou o edifício todo João Pedro Tavares Trigueiros. Depois de 1892 um novo inquilino abriu diverso e mais condigno destino ao antigo palácio: o Liceu Nacional (Liceu do Carmo), transferido do Palácio Regaleira, a S. Domingos; a este sucedeu o liceu feminino D. Maria Amália Vaz de Carvalho, e a seguir uma secção do Liceu Passos Manuel. Finalmente em Outubro de 1941 o edifício passou, excepto nas lojas e sobrelojas, a ser ocupado pela Escola Comercial Veiga Beirão.

Numa sobreloja está instalada a Junta de Freguesia do Sacramento, e noutras sobrelojas e lojas acomodam-se armazéns e estabelecimentos comerciais.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio Valadares, com sua fachada sobre o Largo do Carmo e em extensão sobre a Calçada do Sacramento, à parte o seu passado histórico, vale apenas pelo corpo da frontaria, na qual se rasga uma varanda armoriada.

Exterior

No Exterior há a notar:

A Fachada Principal, e nela:

O **Corpo principal,** no qual se destaca o *portal* nobre emoldurado de cantaria, sobre o qual assenta a varanda larga, em contracurvas de grades do século XIX, valorizando a janela do andar nobre o remate com a *pedra de armas* dos Valadares (primeiro e quarto quartéis armas de Portugal, segundo e terceiro armas de Castela, centrados pelo escudo dos Meneses de Tarouca, este repartido em seis, um com estoque, três com quatro barras, dois com dois lobos em campo, e ainda centrado com o anel dos Meneses); à direita da varanda central uma janela de sacada;

O *corpo corrido* em extensão, sobre a Calçada do Sacramento, com duas ordens de doze janelas, uma de sacadas rematadas por cornija no andar nobre, e outra de peito e de guilhotina no primeiro andar; a meia altura do centro deste corpo vê-se uma lápida, em cantaria simples, com a inscrição: «No sítio deste Palácio existiu a primeira casa da Universidade de Lisboa, criada pelo rei D. Dinis, por carta de 1 de Março de 1290 com o nome de Estudo Geral. Esta lápida foi mandada colocar pelo Grupo Amigos de Lisboa aos 6 de Março de 1938».

A **Fachada Lateral,** Norte, sobre a serventia do ascensor do Carmo, com uma ordem de oito janelas;

A **Fachada Posterior,** Nascente, sobre um recinto utilitário, com uma ordem de oito janelas no andar superior, acompanhadas de varanda corrida em extensão.

Interior

No **Interior** do antigo palácio, reduzido a salas de aulas e gabinetes sem expressão alguma e revelando decrepitude, nota-se apenas:

O **Pátio,** hoje descaracterizado, que abre de um portal de volta perfeita de cantaria, envidraçado, além de uma passagem coberta, e sobre o qual caem as alas interiores do edifício;

O **Portal** de acesso ao edifício, emoldurado de cantaria;

A **Escadaria** com um primeiro lanço que se desdobra em dois no segundo patamar, e, nela, os quatro pilares de cantaria, canelada até meia altura, que apoiam os lanços e a galeria vulgar; o tecto de estuque, com relevos (século XIX);

As **Salas,** sem expressão alguma, e nas quais há apenas a anotar: uma, no andar inferior, com cinco sobreportas com pinturas alegóricas, e o resto de uma pintura central no tecto, na qual uma tangedora e meninos alados sustentam o brasão de armas, coroado, dos Valadares; no andar nobre uma tela com pintura alegórica no tecto; outra sala ou gabinete com sobreportas com pinturas de motivos vegetais e artísticos, e tecto com pintura alegórica em oval.

(Estas pinturas são do período da adaptação do edifício a clube no começo do século passado).

[Para perfeito conhecimento da história deste edifício veja-se «O Carmo e a Trindade», vols. I e III, de Gustavo de Matos Sequeira].

PALÁCIO VAGOS

Portal manuelino do antigo Paço de S. Cristóvão, integrado no antigo Palácio Vagos, do lado da Rua do Regedor (pág. 59)

PALÁCIO VAGOS

(S. CRISTÓVÃO)

Século XVIII

Primeiro Paço	Sécs. XV e XVI
Reedificação e modificação	1658
Ampliações e restauros . .	1.ª metade do séc. XVIII
Reedificação radical . . .	1864

[Freguesias de Cristóvão e S. Lourenço]

Breve notícia histórica

O antigo Palácio dos Condes de Aveiras, Marqueses de Vagos, em S. Cristóvão — hoje revestido de um semblante burguês incaracteristico — entra no inventário patrimonial de Lisboa apenas por seu significado e expressão histórica subjectiva. É uma peça urbana do século XIX, mas de remoto fundamento nuclear. Com efeito eleva-se este edifício onde assentou, em área mais reduzida, e de mais recuada frontaria em relação ao século XVIII, o Paço — ou Paços — de S. Cristóvão, que pertenceu ao 1.º Duque de Bragança, D. Afonso, ao 2.º D. Fernando I, e depois ao filho deste, D. Alvaro, Regedor da Justiça (cargo este que aparece, depois, em Aires Gomes da Silva, 3.º Senhor de Vagos). Em 1451 se celebrou no Paço de S. Cristóvão o faustoso casamento da princesa D. Leonor, filha do Rei D. Duarte, com Frederico III da Alemanha.

No final do século XVI (parece que já em 1584) pertencia este paço aos Teles de Menezes, Senhores de Vagos, não se conhecendo seguramente a época e fundamento da transmissão. Um dos Senhores de Vagos, D. João da Silva Teles de Menezes, foi feito em Fevereiro de 1640 1.º Conde de Aveiras, e daí o imóvel passar, no meado do século XVIII, a ser conhecido por Palácio dos Condes de Aveiras, só voltando à denominação de Vagos em 1802, quando o 6.º fidalgo daquele senhorio foi feito 1.º Marquês de Vagos.

Pode supor-se, sem inverosimilhança, que o primitivo paço de S. Cristóvão recebeu obras de conservação e alindamento no meado do século XVI, período de que data o portal manuelino que hoje se vê no muro da Rua do Regedor, e igualmente se assinala a ampliação, com restauros, em 1658, no tempo do 2.º Conde, D. Luís, que nele residiu. A transformação radical, com a construção

da nova frontaria (que precedeu a actual) data da primeira metade do século XVIII, ordenada, quase sem dúvida, pelo 3.º Conde, D. João, que morreu em 1740, havendo seu filho, 4.º Conde, D. Luís, sobrevivido apenas um ano.

O Terramoto destruiu inteiramente o famoso palácio, havia pouco antes reedificado à maneira setecentista, ficando de pé apenas a fachada e o portal manuelino. Mais de um século ficou o imóvel ao abandono, sem restauro nem possível acomodação; só em Fevereiro de 1864 o 5.º Marquês de Vagos, D. José Maria Telo de Menezes, se desfez do arruinado edifício, comprando-o Columbano Teixeira Leomil, comerciante, que se lançou á obra de radical reconstrução (1864-1870), perdendo a frontaria o seu aspecto setecentista, desaparecendo o timpano superior com as armas dos Aveiras-Vagos (leão de purpura ao centro de uma bordadura de silva) coroadas de marquês, e aproveitando-se apenas as grades das sacadas e a moldura do portão principal. Em 1881 a viuva de Teixeira Leomil vendeu o palácio a Manuel José do Conde, açoreano que enriquecera no Brasil, feito Visconde do Rosário em 1875, e falecido em 1897 (não no seu palácio, mas em Londres), passando a propriedade depois (1903) para uma sua filha, D. Maria Clementina Conde Saraiva (que apenas em parte ocupava o palácio). Finalmente em Julho de 1913 a Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa comprou o edifício, que hoje ocupa.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio Vagos está situado numa área confinada pelo Largo de S. Cristóvão, Rua do Regedor, Beco da Atafona e Largo do Chão do Loureiro.

Exterior

Anota-se:

A **Frontaria,** fachada principal, do século XIX, sobre o Largo de S. Cristóvão, com três pavimentos, levemente côncava; e nela:

O *pavimento térreo,* defendido por cortina de ferro em curva, ao centro do qual se abre, entre duas janelas de peito por cada lado, o *portal nobre,* ainda do século XVIII, guarnecido de pilastras de cantaria, e cuja cornija sustenta, por mísulas trabalhadas, a varanda central superior;

O *andar nobre,* com cinco janelas de sacada, de grades do século XVIII, e cada uma delas coroada de ática curva angular, sendo a janela do centro guarnecida por varanda mais larga e ampla e por um emolduramento de alvenaria, em fiadas, e coroada por arquitrave saliente, de cantaria, que sobe acima do entablamento (este dividindo o corpo setecentista do andar superior de 1864);

O *andar superior,* com quatro janelas de peito, e, ao centro delas, uma meia janela envolvida por guarnição de cantaria; superiormente corre a platibanda de balaustres;

A **Fachada lateral,** na Rua do Regedor, com uma ordem de seis janelas quadradas no pavimento térreo, sete de sacada no andar nobre, sendo a que se rasga no cunhal reentrante coroada de ática, e sete, de peito, no andar superior. (Segue-se um prédio anexo, só com dois andares e janelas triviais);

O *muro ocidental* do jardim, revestido de azulejos industriais vulgares, e no qual se enxerta o **Portal Manuelino** (monumento nacional), rectangular, envolvido por emolduração de cantaria (que não é primitiva), assente sobre bases (que foram alteadas), com capitéis simples, e constituído por pilastras e verga de «cordas torcidas»; o vão do portal fecha com portão de grades do século passado;

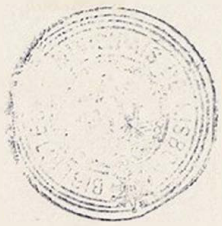
A Fachada Lateral, Nascente, sobre o Beco da Atafona, forrada de azulejos vulgares e na qual se abrem janelas incaracterísticas;

A Fachada Posterior, Sul, sobre o jardim, coroada de platibanda, com um corpo central avançado, e na qual se notam duas ordens de janelas, além das do andar térreo, sendo as três janelas centrais do andar principal guarnecidas de varanda corrida.

Interior

O Interior do antigo Palácio Aveiras-Vagos é totalmente despido de qualquer interesse, mesmo em relação ao século passado. Há a anotar apesar o **Pátio interior,** simples recinto incaracterístico, que abre além de uma passagem coberta, a seguir ao portão principal, e rematada por arco de volta abatida; sobre o pátio caem as alas do edifício.

[Para melhor conhecimento da história deste edifício veja-se «A Freguesia de S. Cristóvão», vol. I, de Ferreira de Andrade].



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA C. M. L.

0316377
INVENTÁRIO DE LISBOA

PREÇO
12$50